

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba o que candidatos pensam sobre Previdência e salário mínimo..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf julga sete casos de ágio na primeira sessão em São Paulo..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula planeja ampliar ministérios para 32; Bolsonaro avalia 28..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que a justiça tributária ganha força no mundo (Artigo)..... 8

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas dos candidatos querem mudar Orçamento, mas divergem sobre teto..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governos: não há alternativa fora do fazer mais por menos' (Artigo)..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guedes perdeu chance única, diz cofundador do megafundo Mobius..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preço menor da gasolina faz usina evitar etanol e focar açúcar..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dá para baixar a dívida das famílias? - VINICIUS TORRES FREIRE..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MPEs do Simples terão importação facilitada..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ainda falta um bom chão para inflação voltar à meta (Editorial)..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Globalização está mudando, não morrendo (Artigo)..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Agência aprova privatização do Porto de Santos - MERCADO S/A..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Veja os erros e acertos de Lula, Ciro e Tebet nas sabatinas da CNN - AGÊNCIA LUPA
..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Inflação dos EUA surpreende, gera temor sobre juros e Bolsas despencam.....	23
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Dólar e trava a importação levam à falta de produtos na Argentina.....	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Governo estuda meta para reserva internacional.....	27
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Privatização de bancos públicos acabou favorecendo concentração.....	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS ECONOMIA	
Pacote ambiental dos EUA pode mudar as emissões de carbono.....	33
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Muito dinheiro e pouco resultado (Editorial).....	37
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
Empresários pesos-pesados puxam doações de R\$ 246 mi para campanhas.....	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
O trilema dos Bancos Centrais (Artigo).....	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
O ajuste residual da Selic - FÁBIO ALVES.....	42
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
A notável expansão dos serviços (Editorial).....	43
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Com normalização de atividades, prestação de serviços sobe 1,1%.....	44
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Ameaça da fome.....	45
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
A Europa sem gás olha para o Brasil - ALVARO GRIBEL.....	46
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Pobreza aumentou e nem todos terão acesso ao benefício social.....	47

Saiba o que candidatos pensam sobre Previdência e salário mínimo



Luiz Inácio Lula da Silva (PT)



Jair Bolsonaro (PL)



Ciro Gomes (PDT)



Simone Tebet (MDB)

Cristiane Gercina

Diferentemente da campanha de 2018, quando a reforma da Previdência era assunto recorrente entre os candidatos à Presidência, o tema tem ficado de fora em entrevistas e debates nas eleições de "2022.

A Folha analisou o que dizem os planos de governo dos quatro candidatos que mais pontuam nas pesquisas eleitorais-Lula (PT), Jair Bolsonaro (PL), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB)- e enviou perguntas aos candidatos sobre Previdência, **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e salário mínimo.

Dos quatro presidenciáveis, três se posicionaram. Lula, Ciro Gomes e Simone Tebet acrescentaram informações além das que estão em seus planos de governo. A campanha de Jair Bolsonaro informou que o candidato não falaria, assim como nenhum representante, mesmo diante da insistência da reportagem.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

A valorização do salário mínimo, com reajuste acima da **inflação**, é um dos primeiros temas apresentados no plano de governo de Lula. A medida, que vigorou nos governos petistas, determina reajuste que leva em conta a **inflação** do ano anterior mais o crescimento do **PIB** de dois anos antes.

Essa política impacta diretamente os gastos públicos, já que o mínimo é o piso das aposentadorias e pensões. O candidato afirma que pretende rever pontos da reforma da Previdência considerados controversos e que figuram em ações no STF. Dentre as alterações que podem ser revistas estão a idade mínima na aposentadoria e os redutores da pensão por morte. No plano de governo, a inclusão de novas categorias no sistema previdenciário também é abordada, o que inclui especialmente os trabalhadores de aplicativos, como motoristas e entregadores.

Jair Bolsonaro (PL)

Responsável pela reforma da Previdência que, do

ponto de vista fiscal, teve efeito até maior do que esperado, Jair Bolsonaro (PL) não debate o tema em seu plano de governo nem com a reportagem.

A menção ao **INSS** está apenas em um ponto que trata sobre o uso de tecnologia, no qual o documento destaca os serviços ofertados no aplicativo ou site **Meu INSS**. Também não há menção sobre política para o salário mínimo.

Seu governo, porém, seria o responsável por renovar política de valorização do salário mínimo, mas não o fez. Atualmente, o piso dos salários e das aposentadorias recebe a correção da **inflação** a cada ano. Procurada, a campanha de Bolsonaro informou que o candidato não falaria e que não havia quem pudesse responder a questões direcionadas sobre os temas.

Ciro Gomes (PDT)

O plano de governo de Ciro Gomes não trata diretamente de assuntos como Previdência, **INSS** e salário mínimo, mas, ao responder aos questionamentos da reportagem, o pedetista afirmou que irá implementar política própria de valorização do salário mínimo e pretende fazer uma nova reforma da Previdência. Os reajustes deverão ser progressivos, acima da **inflação**, mas vão depender de resultados de reformas fiscal, tributária e previdenciária que forem aprovadas no Congresso. Para a Previdência, o candidato propõe uma reforma em que o sistema previdenciário seja dividido em três pilares. O primeiro seria a renda mínima, que pagaria R\$ 1.000 a brasileiros considerados na linha de pobreza, o segundo pilar seria manter o sistema atual, com as regras de aposentadoria atuais para quem trabalha e contribui, e o terceiro seria a capitalização.

Simone Tebet (MDB)

A candidata do MDB, Simone Tebet, deixou claro, em seu plano de governo, que o salário mínimo terá poder de compra preservado, com reajustes anuais "baseados pelo menos na **inflação**".

A reportagem afirmou que "reajustar pela **inflação** deve ser a regra básica e permanente" caso seja eleita. Sobre a reforma da Previdência, na qual Tebet votou favoravelmente, ela afirma que seu voto a favor

foi porque entendeu que a reforma "manteve os direitos adquiridos e reduziu as disparidades do sistema, tornando-o menos desigual, para os novos beneficiários".

Para fomentar o sistema previdenciário, Tebet propõe em seu plano de governo reduzir a contribuição previdenciária para a faixa de um salário mínimo para todos os trabalhadores. "Essa seria uma forma de estimular a formalização", afirma o texto.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

34

Carf julga sete casos de ágio na primeira sessão em São Paulo

Adriana Aguiar De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187329

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187329

Lula planeja ampliar ministérios para 32; Bolsonaro avalia 28

LAURIBERTO POMPEU

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidatos que estão, respectivamente, em primeiro e segundo lugar nas pesquisas, não escondem o desejo de aumentar o número de ministérios. A Economia, pasta hoje comandada por Paulo Guedes, é o principal alvo de mudanças e deve começar 2023 desmembrada.

Caso o petista vença, a ideia é que o número de ministérios passe dos atuais 23 para 32. Já Bolsonaro, que na campanha de 2018 prometeu ter apenas 15 pastas e fazia uma forte crítica ao loteamento de cargos, hoje tem 23 e também deu áreas ao Centrão. Se reeleito, seus aliados também querem que o Ministério da Economia seja fatiado, e o total pode chegar a 28.

As ideias ainda não chegaram a ser colocadas no plano de governo, mas, de acordo com declarações de Lula em eventos e entrevistas ao longo da campanha, a pasta da Economia seria fatiada em Fazenda, Planejamento, Pequena e Média Empresa e Indústria e Comércio. Nas outras áreas, seriam recriadas Cultura, Segurança Pública e Pesca, e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos seria desmembrado em três - Direitos Humanos, Mulheres e Igualdade Racial. Também seria criado um inédito Ministério dos Povos Indígenas.

Já Bolsonaro, que chegou a colocar no seu plano de governo em 2018 que lotear ministérios é "corrupção" e "toma lá, dá cá", hoje tem 23 e, assim como os governos anteriores, também deu pastas ao Centrão.

Em 2020, o presidente recriou o Ministério das Comunicações para abrigar o deputado licenciado Fábio Faria, na época no PSD e hoje no Progressistas.

No ano passado, com o objetivo de acolher o aliado Onyx Lorenzoni, Bolsonaro fez o primeiro fatiamento do Ministério da Economia para recriar a pasta do Trabalho e da Previdência.

FATIAMENTO. Se reeleito, seus aliados querem que o Ministério da Economia seja fatiado mais vezes. O líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), já disse que o governo precisa "pensar se não é o caso de ter de novo o Ministério do Planejamento". De

acordo com ele, a volta da pasta serviria "para a gente não só reagir, (mas) para a gente enxergar o Brasil para frente". O parlamentar sugeriu o general Walter Braga Netto, também filiado ao PL e candidato a vice de Bolsonaro, para a função.

Além disso, o presidente já disse em eventos da Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), em maio, e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em junho, que quer recriar o Ministério da Indústria. Bolsonaro indicou ter se arrependido de unificar as pastas da área econômica em uma só. "O Paulo Guedes pegou uma missão enorme, um adensamento de mais quatro ministérios. Já separamos o Trabalho e a Previdência de um lado e pretendemos, conforme foi sugerido na Fiemg há dois meses, em havendo uma reeleição, recriar o Indústria e Comércio, cujo ministro seria indicado pelos senhores, com o perfil dos senhores, para exatamente ter liberdade para trabalhar", disse durante sabatina na CNI.

O chefe do Poder Executivo também já deu mais de uma declaração pública em que menciona a possibilidade de voltar com os ministérios do Esporte e da Pesca. Em outra frente, Bolsonaro recebe pressões para desmembrar o Ministério da Justiça e criar uma pasta para a Segurança Pública.

CONCENTRAÇÃO. Coordenador do plano de governo de Lula, Aloizio Mercadante criticou a concentração de quase toda a área econômica do governo nas mãos de Guedes.

"Outros ministros querem liberação de orçamento e você sobrecarrega o Ministério da Fazenda e dá no que dá. Total descoordenação e falta de planejamento", disse ao Estadão.

Mercadante afirmou também que um eventual novo governo do PT não vai recriar uma pasta exclusiva para a **Previdência Social**, como existia até 2015. "O MDIC (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) é outra coisa, Indústria e Comércio. Tem um Ministério da Agricultura e não vai ter um da Indústria e Comércio?

Vão continuar desindustrializando o País e perder comércio exterior como estamos fazendo? O Brasil perdeu mercado e veio uma desindustrialização.

Antes tínhamos um Ministério do Trabalho e um da Previdência, nosso governo juntou os dois, vamos manter a fusão." SEGURANÇA. Criado durante a gestão Michel **Temer** (MDB), que assumiu a Presidência após o impeachment de Dilma Rousseff, o Ministério da Segurança Pública existiu por apenas dez meses e foi reincorporado ao Ministério da Justiça quando Bolsonaro virou presidente em 2019. Apesar disso, uma parte da própria base bolsonarista pressiona pela recriação da estrutura desde o início do mandato do presidente.

A ideia é defendida de forma mais explícita por Lula, que já declarou publicamente mais de uma vez que quer recriar o ministério.

Tebet rejeita voto útil e diz que decisão já no 1º turno será contestada

A candidata do MDB à Presidência, Simone Tebet, rejeitou ontem a tese do voto útil e disse que uma eleição encerrada em primeiro turno pode gerar contestação do resultado por adversários.

"Essa é uma eleição de dois turnos, não é uma eleição de um turno só. Então a gente tem de saber que não é uma corrida de cem metros.

Agora é a hora de o eleitor escolher aquele que, de acordo com sua consciência, é o melhor para o Brasil", disse a emedebista durante agenda de campanha em Salvador.

A candidata afirmou que uma eleição de dois turnos seria benéfica para o País porque inviabilizaria questionamentos sobre a segurança das urnas - o presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL) tem feito ataques ao sistema de votação.

"Um primeiro turno, se acontecesse de ganhar no primeiro turno, a diferença seria tão pequena que a gente teria de enfrentar quatro anos de discussão de resultado de urna, se as urnas são seguras ou não, de contestação.

Então temos de ir para o segundo turno e, no segundo turno, qualquer um que vá, a diferença tende a ser confortável, que dê tranquilidade para o eleitor dizer o seguinte: "As urnas são seguras e o resultado das urnas será respeitado", disse ela.

A candidata do MDB alertou, ainda, que vencer a eleição em primeiro turno pode significar "ganhar e não levar".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Por que a justiça tributária ganha força no mundo (Artigo)

Giorgio Romano Schutte, Professor associado em relações internacionais e economia da Universidade Federal do ABC e coordenador do Opeb (Observatório da Política Externa e Inserção Econômica do Brasil da UFABC)

O renomado economista e novo ministro da Economia da Colômbia, José Ocampo, assumiu o mandato colocando em pauta uma **reforma tributária** para a igualdade e a justiça social. O tema também foi declarado prioridade no Chile.

Nos EUA, Joe Biden quer ampliar políticas sociais financiadas com a tributação dos superricos, e Antônio Guterres, secretário-geral da ONU, fez um apelo para que os governos capturem parte da renda dos lucros extraordinários do alto preço dos combustíveis, por meio de **tributos** específicos, e destinem esses recursos para aliviar seu impacto sobre as camadas mais pobres.

Chile e Colômbia são economias que durante décadas seguiram o receituário neoliberal com certo resultado nos indicadores macroeconômicos. Ocorre que o crescimento não enfrentou a desigualdade e acabou por agravá-la.

Quando começou a onda conservadora na América do Sul, havia a suposição de que perduraria por várias gestões. Durou muito pouco, e um dos motivos é a insistência em políticas econômicas dos anos 1990, desvinculadas do combate à fome e à miséria.

Neoliberalismo não deve ser confundido com capitalismo: é apenas sua forma de organização econômica e social para diminuir a parcela da renda do trabalhador na renda nacional e, assim, aumentar a participação do capital nos lucros e rendas. E nisso o neoliberalismo foi vitorioso, mas gerou problemas de demanda, fragilizando a coesão social e revelando enorme potencial para gerar conflitos.

Quarenta anos de neoliberalismo provocaram uma brutal concentração de renda. E isso se deu tanto nas fases de expansão quanto nas crises, como a de 2008, e a tendência acompanhou a pandemia. Segundo o relatório "Lucrando com a dor", da Oxfam, mais de 250 milhões ao redor do mundo correm o risco de cair na extrema pobreza só em 2022. Em dois anos, surgiram 573 novos bilionários, e outros 2.668

viram sua riqueza crescer 42%. Apenas dez dos homens mais ricos do mundo têm mais do que os 40% mais pobres, ou seja, mais de 3 bilhões de pessoas.

O fosso da desigualdade se aprofundou tanto que o debate ganhou musculatura nos países avançados. Joe Biden não virou socialista da noite para o dia, mas ele e setores da elite passaram a ver que esse modelo enfraqueceu o dinamismo da sociedade -e mais: desestruturou o tecido social. Tornou-se uma questão para a sobrevivência até do capitalismo estadunidense. Nos EUA, até 1980, a renda do trabalho acompanhava o aumento da produtividade. Já nesses 40 anos, a produtividade aumentou 80%, e a renda do trabalho, apenas 1%.

Por isso, e para reinventar o papel do Estado na economia, com políticas industriais e tecnológicas, o governo Biden vem se dedicando a ampliar políticas sociais financiadas com a tributação de empresas e pessoas físicas, os famosos superricos. Em 2020, das 500 maiores empresas estadunidenses, 55 não pagaram nada de **impostos** federais, mesmo com US\$ 40 bilhões de lucros. A preocupação com a distribuição da riqueza chegou também à China, que priorizou durante muito tempo o crescimento do bolo, provocando também aumento da desigualdade.

A resposta a tudo isso finalmente avançou em nível internacional com a proposta de uma tributação mínima global para multinacionais. Para a Rede de Justiça Tributária (TJN, na sigla em inglês), isso pode combater a evasão fiscal em grandes corporações multinacionais, que se utilizam de sua influência para pressionar políticas em diversos países e manter a farra dos paraísos fiscais.

Guterres foi contundente ao chamar de imorais os atuais lucros das empresas petrolíferas diante do sofrimento que os altos preços dos combustíveis estão causando para a maioria da população mundial. Ele nem deve imaginar que o governo brasileiro fez exatamente o contrário: antecipou a distribuição dos lucros exorbitantes da Petrobras, dando R\$ 55,7 bilhões para acionistas privados, dos quais metade está no exterior. O Brasil ainda é um dos poucos países no mundo que sequer taxa dividendos.

[...] Quarenta anos de neoliberalismo provocaram uma brutal concentração de renda. E isso se deu tanto nas

fases de expansão quanto nas crises, como a de 2008, e a tendência acompanhou a pandemia. Segundo o relatório "Lucrando com a dor", da Oxfam, mais de 250 milhões ao redor do mundo correm o risco de cair na extrema pobreza só em 2022

Giorgio Romano Schutte, Professor associado em relações internacionais e economia da Universidade Federal do ABC e coordenador do Opeb (Observatório da Política Externa e Inserção Econômica do Brasil da UFABC)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

34

Economistas dos candidatos querem mudar Orçamento, mas divergem sobre teto

**GUILHERME CAETANO, IVAN MARTÍNEZ-VARGAS E
MALU MÕES**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governos: não há alternativa fora do fazer mais por menos' (Artigo)

Gustavo Pires, Presidente da São Paulo Turismo (empresa de eventos e turismo da Prefeitura de São Paulo)

Independentemente da esfera -federal, estadual ou municipal-, governos enfrentam três desafios: oferecer serviços de melhor qualidade e maior abrangência; ouvir, entender e atender às exigências de participação popular; e, por fim, tornar as instituições mais eficientes e ágeis no atendimento e na resposta ao cidadão. Tudo isso com limitação de recursos: a regra é fazer mais com menos -ou, se inevitável, menos por menos.

Com a escassez de recursos e as urgências sociais, a coloração partidária é irrelevante em um país com partidos degradês. Para as gestões públicas espremidas pelas demandas, "o como", e não "o que" fazer, acaba sendo o mais importante.

As administrações lidam com a pouca mobilidade orçamentária. Isso acontece por razões divididas em dois grupos: as despesas obrigatórias, como educação, pagamento da dívida pública, salários, aposentadorias, benefícios e transferências; e os compromissos que, não cumpridos, podem precipitar situações indesejadas: coleta de lixo ou subsídio de transporte, por exemplo.

As despesas discricionárias ficam em tomo de 7% do Orçamento. Aqui deve caber parte das promessas eleitorais, inclusive.

Dado o cenário, o caminho é gastar menos ou arrecadar mais -de preferência os dois. Aumento da arrecadação é elevar os **impostos**, ca da vez mais inviável, ou a economia e a produtividade crescerem.

Há, contudo, oportunidades de economia e eficiência, quase sempre com decisões dolorosas. Em junho de 2020, pouco antes da eleição municipal, a Prefeitura de São Paulo optou pela concessão do Parque Anhembi. Trata-se do mais importante centro de eventos da América do Sul, sede de todas as grandes feiras comerciais, além de shows e outras montagens, como o Carnaval.

Ato subsequente, a São Paulo Turismo (SPTuris), empresa responsável por sua administração e que acumulava prejuízos constantes desde 2013, iniciou

um plano de demissão voluntária com a adesão de 57% do público-alvo. A economia mensal passou a ser de R\$ 4 milhões, entre custeio e folha de pagamento.

À redução da despesa somou-se o aumento da arrecadação. A concessionária paga R\$ 54 milhões de outorga e deve repassar para a administração pública 12,5% do faturamento bruto durante os 30 anos do contrato. Então deficitário, neste ano o caixa da SPTuris fechará com R\$ 21 milhões positivos.

Antes, dois terços dos funcionários se dedicavam à manutenção do Anhembi. Hoje, os objetivos são a realização de eventos, que trazem retomo econômico e geram empregos, e a execução das políticas de turismo, setor que dá indicações de forte recuperação.

Tidos como evidentes, esses movimentos enfrentaram resistência. O Anhembi nasceu privado e foi assumido pela prefeitura nos anos 1970; nos 1980, foi anunciada a privatização; porém, somente em 2022, no primeiro semestre, passou de fato para a gestão privada -por meio de concessão, que preserva o patrimônio imobiliário e remunera a administração pública.

Não se trata de anacrônica discussão sobre Estado mínimo, que impede a evolução e a tomada de decisões, mas sim de racionalidade e inevitável busca de eficiência.

[...] Para as gestões públicas espremidas pelas demandas, "o como", e não "o que" fazer, acaba sendo o mais importante. (...) Não se trata de anacrônica discussão sobre Estado mínimo, que impede a evolução e a tomada de decisões, mas sim de racionalidade e inevitável busca de eficiência

Gustavo Pires, Presidente da São Paulo Turismo (empresa de eventos e turismo da Prefeitura de São Paulo)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

34

Guedes perdeu chance única, diz cofundador do megafundo Mobius



Thiago Amâncio

O ministro da Economia, Paulo Guedes, perdeu uma oportunidade rara de aumentar o fluxo de capital estrangeiro no Brasil e de fazer mais privatizações, bem como de investir na redução da desigualdade social. É a avaliação de Carlos von Hardenberg, cofundador da Mobius Capital Partners, fundo de investimentos especializado em mercados emergentes.

Ele diverge do dono do fundo, Mark Mobius, para quem é preciso cortar benefícios sociais. Em entrevista à Folha, Hardenberg afirma que o próximo presidente precisa focar a redução da desigualdade, assim como avançar em reformas e privatizações.

Para o economista, que diz acompanhar de perto as eleições brasileiras, Bolsonaro tem uma agenda mais pró-mercado, mas Lula não assusta mais o setor privado. No fim das contas, os dois candidatos não se diferenciam tão radicalmente, afirma.

*

Vocês estão acompanhando as eleições brasileiras de perto? Estamos esperando essas eleições há um bom tempo. Acabamos de voltar do Brasil, onde passamos dez dias em encontros com bancos, pequenas e grandes empresas, a indústria e economistas.

Desta vez, os candidatos não são os mais populares

do mundo, ambos dividiram a sociedade e aprofundam essas divisões com suas retóricas. É muito interessante ver que o setor privado e a população jovem com quem conversamos não consideram os dois candidatos [Lula e Bolsonaro] uma maravilha, mas eles têm confiança nas instituições do Brasil, no sistema de freios e contrapesos, no Judiciário largamente independente com disposição para apurar escândalos e no fato de que, no fim das contas, os dois candidatos não se diferenciam tão radicalmente, quando se olhamos fatos.

Como avalia os principais candidatos? É claro que Bolsonaro é mais pró-mercado, quer aprofundar as reformas e as privatizações, o que é muito importante. Mas Lula também não representa mais um desvio das práticas de mercado, não há medo no setor privado, e isso é uma boa notícia. O maior risco seria um desvio das políticas macroeconômicas mais prudentes, com medidas como controle de preços, controle de comércio, qualquer tipo de taxaço que penalize e atrapalhe empreendedores. Além de mais escândalos de corrupção.

Uma boa notícia é que o Brasil já teve sua parcela na crise global, e o país se fortaleceu. Isso é evidenciado, por exemplo, pelo fato de que o Banco Central do Brasil foi muito rápido em prever e atacar a pressão inflacionária, 18 meses atrás, quando a taxa de juros era de 2%, e aumentou para condições muito mais reais. Isso dá confiança à moeda e a investidores estrangeiros.

Qual o nível de interesse estrangeiro pelo Brasil hoje? O Brasil é incrivelmente atrativo em muitas frentes. É abençoado com uma das forças de trabalho mais preparadas e bem-educadas, há muito talento, há um bom sistema educacional, o que gera um exército de empreendedores que está constantemente investindo no país. A grande questão é o que o Brasil vai fazer com isso tudo e como vai lidar com o dilema social, como tornar a sociedade mais igualitária, distribuindo mais riqueza entre os desfavorecidos.

E o que o próximo presidente precisa fazer? A notícia ruim é que não é um caminho fácil e requer decisões difíceis, com disciplina. É preciso aprofundar as privatizações, fazer um governo transparente e cada vez mais eficiente, inovador, com recolhimento de **impostos** menores e mais efetivos. Também é preciso

um sistema orientado ao social, que garanta acesso à educação aos desfavorecidos. É preciso ainda investir mais em parcerias público-privadas.

É preciso criar um ambiente bom para investidores estrangeiros para atrair uma indústria sofisticada. Por que a indústria de semicondutores não investe mais no Brasil, que tem água, energia e acesso a algumas das economias mais vibrantes do mundo? Na tecnologia, o Brasil ainda não atraiu investidores estrangeiros como deveria fazer.

E quem é o melhor candidato para isso, na sua avaliação? Os dois candidatos [Lula e Bolsonaro] têm habilidade para tal. É claro que, para mim, a linguagem que Bolsonaro usa e muitas das políticas que ele defende são altamente questionáveis. Mas ele tem ouvidos para o setor privado. Assim como Lula. E aprendemos da última vez que Lula esteve no poder, quando havia muito medo, considerando seu passado, mas que no fim das contas ele esteve muito atento ao setor privado. Os dois candidatos podem fazer muito, mas Bolsonaro é o que está mais ao lado dos empreendedores neste momento.

Havia grande expectativa no começo do governo entre o mercado, sobretudo pela presença do ministro da Economia, Paulo Guedes, e uma parcela saiu frustrada. Também fiquei frustrado. Eu descreveria como uma grande perda de oportunidade de fazer mais.

Fazer mais o quê? Ele deveria ter sido muito mais agressivo nas duas pontas. Deveria ter criado mais incentivos para indústrias estrangeiras se estabelecerem no Brasil, o que não é tão difícil, você só precisa ter uma agenda clara e pressionar nesse sentido, dando acesso a terra, incentivos financeiros e apoio a empresas estrangeiras. Deveria também ter feito mais em termos de privatização. Ele tentou, é claro que foi um período muito difícil para qualquer governo, mas poderia ter feito muito mais.

Por fim, deveria ter feito mais para apoiar os desfavorecidos. Havia todos esses programas [auxílio emergencial], que foram caros, e em parte houve abusos. Mas o Brasil precisa mais disso.

O senhor teme tumultos nas eleições? Protestos violentos estão muito mais relacionados à economia, ao nível de desemprego, à ajuda estatal ou à falta de perspectiva no futuro do que à agenda política estritamente. No Brasil, há boas e más notícias, mas no geral a economia está indo razoavelmente bem. O país se beneficia da alta das commodities, isso ajuda no desemprego e na estabilidade. Mas também a taxa de juros, no nível em que está, prejudica a renda domiciliar e atrapalha os mais pobres a fazer negócios

e conseguir empréstimos bancários. Há certo risco, mas eu pessoalmente apostaria que uma turbulência civil profunda não está em jogo agora.

Vê risco de um golpe? Espero que não. Acredito que não.

Um dos calos do presidente Bolsonaro é a agenda ambiental. Em tempos de ESG [sigla em inglês para boas práticas nas áreas ambiental, social e de governança], como os investidores estrangeiros vão se sentir seguros para investir no Brasil? Isso é uma tragédia, e infelizmente um dos maiores problemas de todo o mundo que faz negócio com o Brasil, essa ignorância, a linguagem que ele [Bolsonaro] usa para falar de ambiente.

O Brasil depende muito de sua capacidade de atrair capital estrangeiro, e isso é positivo, porque leva muitas empresas a focar a parte ambiental. Mesmo algumas das empresas mais poluentes do Brasil embarcaram nos últimos anos em iniciativas para reduzir o consumo de recursos, passaram a respeitar o ambiente muito mais do que antes.

Bolsonaro e sua turma parecem gostar de atacar ambientalistas. O que é bom é que o Brasil tem um Parlamento muito diverso e que funciona bem, com diferentes vozes. Mesmo se Bolsonaro ganhar a eleição, ele não deve conseguir continuar nesse caminho. Há freios e contrapesos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

34

Preço menor da gasolina faz usina evitar etanol e focar açúcar

Roberto Samora e Marcelo Teixeira

A decisão do presidente Jair Bolsonaro de cortar drasticamente os **impostos** sobre combustíveis, principalmente a gasolina, para aumentar suas chances de reeleição apertou as margens de lucro do etanol e deve levar as usinas a evitar o biocombustível e se concentrar fortemente no açúcar.

Especialistas em açúcar e etanol disseram que os lucros com as vendas de etanol de cana caíram tanto em comparação com os do açúcar que as usinas brasileiras, que têm flexibilidade para produzir mais de um ou outro, vão mudar o máximo possível para a produção de açúcar à medida que a safra entrar na segunda etapa.

"As usinas já estão tendo prejuízo com a venda de etanol, por que continuariam a produzi-lo?" disse o analista Julio Maria Borges da JOB Economia.

O risco para os produtores de açúcar em todo o mundo é que os preços do adoçante possam diminuir se as usinas brasileiras cortarem drasticamente a produção de etanol, aumentando a oferta global de açúcar.

O governo brasileiro cancelou temporariamente os **impostos** federais sobre combustíveis. Como a gasolina costumava ser mais taxada que o etanol, a eliminação dos **impostos** diminuiu a vantagem de preço do etanol nas bombas.

Os produtores brasileiros de açúcar e etanol verificam constantemente a chamada paridade do etanol, ou o retorno financeiro do biocombustível equivalente aos preços do açúcar bruto na ICE, para decidir a estratégia de produção.

A paridade do etanol já está em 13,70 (centavos por libra), que outros danos podem ser causados?", disse Michael Mc-Dougall, diretor administrativo da corretora Paragon Global Markets, LLC, com sede em Nova York.

A título de comparação, os futuros de açúcar na ICE fecharam a 18,35 centavos de dólar por libra- peso na segunda-feira (12), quase 35% acima do valor do etanol no Brasil.

Há, no entanto, limitações momentâneas para transferir muita produção para o açúcar devido ao período de pico da colheita, afirmou Claudiu Covrig, da CovrigAnalytics.

Para lidar com os altos volumes de moagem de cana atualmente, as usinas ainda precisam usar parte de suas instalações de etanol.

A Covrig acredita que a mudança para o açúcar acontecerá gradualmente à medida que os volumes de moagem se tornarem menores no caminho para os meses finais da temporada.

Segundo dados do grupo industrial Unica, a maior destinação de cana para açúcar foi de 49,7% em 2006, e a menor, de 34,3% em 2019. Em meados de agosto, o mix de açúcar estava em 44,7%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

34

Dá para baixar a dívida das famílias? - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

Talvez seja possível criar um meio de renegociar dívidas, como propõem Ciro Gomes (PDT) e Lula da Silva (PT), não necessariamente nos termos sugeridos por esses candidatos. É assunto complicado, para financistas, microeconomistas e entendidos em programas de redistribuição de renda.

Sim, redistribuição, transferência de renda, "programa social". É difícil imaginar um plano desses sem subsídios. Isto é, sem que o governo banque parte da conta.

Se o dinheiro dos **impostos** ou de dívida pública extra vai bancar a conta, qual o critério para escolher o beneficiário? Apenas ter dívidas bancárias em atraso? Haveria gente em situação pior do que ser inadimplente? É quase certo que sim.

Isto posto, é fácil lembrar dos programas de perdão de dívidas de **impostos** de empresas (na média, um Refis ou coisa parecida a cada dois anos, neste século). É fácil lembrar dos empréstimos de bancos públicos com taxas de juros subsidiadas para empresas também imensas, alguns dos quais financiaram, direta ou indiretamente, fusões e aquisições, formação de oligopólios e coisa ainda pior.

Ainda assim, é difícil fazer.

O governo pode criar incentivos para que bancos renegociem mais débitos em atraso. Na epidemia, houve exemplos e ideias a fim de auxiliar empresas. O governo pode permitir que os bancos usem dinheiro que têm de deixar parado no Banco Central (depósitos compulsórios) ou diminuir exigências de capital ou de provisões, desde que refinanciem dívidas. É um tanto a ideia do PT.

Problemas. Os bancos já refinanciam e abatem dívidas, no limite do seu interesse. Os clientes que restam na inadimplência são quase "perda total". Por que bancos refinanciariam esses "créditos podres", as dívidas restantes (mesmo com incentivos), se o risco de calote é enorme?

O governo pode bancar as possíveis perdas dos bancos nesses casos -é um subsídio. Porém, se os bancos não correrem também algum risco de perda,

qual a qualidade do crédito que vão conceder? Vão emprestar para qualquer um? Para quem, com qual critério socialmente relevante? A que taxa de juros e prazo?

Uma outra ideia é que os bancos públicos comprem essa carteira de crédito ruim dos bancos privados. Isto é, que paguem algum para os bancos privados para ficar com o empréstimo (e o possível futuro pagamento dos atrasados).

Esses empréstimos seriam vendidos em leilão, como na ideia do PDT. Quem vendesse mais barato, faria negócio. O banco público então refinanciaria seu novo cliente, a pessoa inadimplente, com juros e prazos generosos (compensados pelo governo). Haveria estrutura para conceder empréstimos para dezenas de milhões de pessoas em dificuldade?

Esse dinheiro do governo iria para quem mais precisa (com dívidas atrasadas ou não)? Em parte, não: os bancos poderiam faturar algum com créditos "perda total" que vendessem ao governo.

Pode ser ainda que bancos estatais criem uma linha de crédito a juros baixos. A pessoa decide se quer tomar o empréstimo, desde que use o dinheiro para pagar atrasados, no grosso cartão de crédito e cheque especial. Bancos ganham algum; pessoas mais espertas financeiramente, já usuárias do sistema bancário, talvez saiam do desespero. Difícil dizer que elas sejam as mais pobres.

De quanto seria o total de dinheiro gasto em subsídio? Teria uso alternativo melhor, socialmente mais justo? Um sistema de microcrédito ágil e amplo não seria melhor?

Há ainda algum risco de seleção adversa (beneficiar maus pagadores contumazes), de incentivo ao calote.

Não fazer nada é fácil. Mas a coisa é complicada e pode dar em besteira e iniquidade, uma aposta fácil no Brasil.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

34

MPEs do Simples terão importação facilitada

Estevão Tair De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187329?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187329?page=1§ion=1

Ainda falta um bom chão para inflação voltar à meta (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187329?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187329?page=6§ion=2

Globalização está mudando, não morrendo (Artigo)

Martin Wolf

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187329?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187329?page=6§ion=2

Agência aprova privatização do Porto de Santos - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

Agora vai? Depois de muitas idas e vindas, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou a desestatização da Santos Port Authority, empresa que administra o Porto de Santos, o maior do país. O prazo do contrato de concessão será de 35 anos, com possibilidade de extensão por mais cinco. Segundo a Antaq, a privatização prevê R\$ 6,3 bilhões em investimentos, dos quais R\$ 2,1 bilhões serão destinados a obras de melhoria da infraestrutura portuária e R\$ 4,2 bilhões para a construção de um túnel submerso entre as cidades de Santos e Guarujá. O projeto, contudo, deverá superar barreiras burocráticas para ser finalmente concluído. Ele será encaminhado para o Ministério da Infraestrutura antes de seguir para o Tribunal de Contas da União (TCU). De todo modo, a iniciativa é bem-vinda: os novos aportes ajudarão a aumentar a capacidade total do porto em até 50% nos próximos 20 anos.

"Carros voadores" somam 4,6 mil pedidos pelo mundo

Os eVTOLs (veículos elétricos de pouso e decolagem vertical) sequer entraram em serviço, mas já fazem barulho no mercado. De acordo com levantamento realizado pela consultoria Revolution Aero, que monitora a indústria aérea, já foram feitas 4,6 mil encomendas dos tais "carros voadores". A brasileira Eve, que pertence à Embraer, a chinesa EHang e a britânica Vertical Aerospace receberam o maior número de pedidos. Espera-se que as aeronaves entrem em operação a partir de 2025.

Netflix terá versão para celular do game "Assassin's Creed"

Se o streaming não vai bem, o jeito é recorrer a novas fontes de receitas. A Netflix assinou acordo com a francesa Ubisoft, um dos maiores estúdios de videogame do mundo, para a criação de três jogos para celular que serão oferecidos gratuitamente aos assinantes. Os games consistem em versões mobile de clássicos como "Assassin's Creed", "Valiant Hearts" e "Mighty Quest". Faz sentido a estratégia de diversificação. No segundo trimestre, a empresa perdeu 970 mil assinantes.

Weg é a empresa com mais bilionários

A fabricante de motores Weg é a empresa com mais bilionários no Brasil. Segundo ranking criado pela revista americana Forbes, que considerou as participações acionárias até 31 de maio de 2022, a multinacional brasileira contabiliza 29 pessoas que romperam a casa do bilhão em patrimônio. Juntas, elas possuem algo como R\$ 60 bilhões. A seguir estão a Itausa, com 11 bilionários e patrimônio de R\$ 33 bilhões, e o Magazine Luiza, com sete acionistas que detêm R\$ 14 bilhões.

Rapidinhas

» A alta de preços do café no mercado internacional levou os exportadores brasileiros do produto a contabilizar um aumento de 50% das receitas em agosto diante de igual mês de 2021. O volume vendido ao exterior, contudo, caiu 2,5%. O preço médio da saca chegou a US\$ 233 no acumulado de 2022, um avanço de 70% em relação ao mesmo período de 2021.

» Os mais velhos certamente lembram da Telefunken, tradicional marca alemã de TVs que fez sucesso no Brasil nos anos 1970 e 1980. Depois de 33 anos, a empresa está de volta ao país. Desta vez, as novas apostas são eletroportáteis como cafeteiras e batedeiras e linhas de áudio como fones de ouvido e caixas de som.

» A pandemia e a crise econômica derrubaram as vendas de pescados no mercado brasileiro. Um levantamento realizado pela Embrapa Pesca e Aquicultura revelou que 27% da população reduziu o consumo e 4% cortou definitivamente a proteína do cardápio. O setor espera números melhores apenas a partir do ano que vem.

» Os robôs de atendimento aos consumidores se tornaram onipresentes no país. Dados da pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box mostram que nove em cada dez usuários de WhatsApp já conversaram com máquinas dotadas de inteligência artificial. O atendimento, contudo, é ruim. Quase 40% dos pesquisados ficaram insatisfeitos com o serviço.

"O efeito dos juros foi mais impactante no mercado imobiliário do que a própria pandemia, pela dificuldade do financiamento"

Alexandre Lafer Frankel, fundador da Vitacon, incorporadora conhecida pelos imóveis compactos

US\$ 3,5 trilhões

é quanto a transformação digital do Brasil acrescentaria ao **PIB** nos próximos 10 anos, segundo projeção da consultoria Accenture

Veja os erros e acertos de Lula, Ciro e Tebet nas sabatinas da CNN - AGÊNCIA LUPA



Os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) participaram de sabatina na CNN. Imagem: Reprodução/TV Globo (Lula), Reprodução/TV Globo (Ciro), Reprodução/TV Globo (Tebet)

Checagem por Bruno Nomura, Carol Macário, Catiane Pereira, Iara Diniz e Róbson Martins

Desde o dia 29 de agosto, a CNN está sabatinando os principais candidatos à Presidência. No dia 29, a entrevistada foi a candidata Simone Tebet (MDB) e, no dia 1º de setembro, foi a vez de Ciro Gomes.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teve sua sabatina adiada e concedeu entrevista ao vivo na noite de segunda-feira (12). O presidente Jair Bolsonaro (PL) foi convidado, mas não respondeu.

A Lupa checou algumas das principais declarações dos três candidatos mais bem colocados nas pesquisas que participaram da sabatina. Suas assessorias foram procuradas e não responderam até a conclusão desta edição.

*

LULA (PT)

"Nós transformamos a CGU [Controladoria Geral da União] em ministério" Lula, ex-presidente e candidato ao Planalto

VERDADEIRO, MAS...

A CGU, órgão de controle interno do governo federal, foi criada em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), como Corregedoria-Geral da União. Já na sua criação, o corregedor tinha status de ministro. Em 2010, a instituição passou a ter status de ministério e, em 2016, recebeu o nome de ministério.

A Medida Provisória (MP) 2.143-31/2001, de 2 de abril de 2001, responsável por criar a instituição, já conferia status de ministro de Estado para o corregedor-geral da União. Anadyr de Mendonça Rodrigues foi a primeira ministra da CGU. Contudo, o órgão não

estava listado entre as instituições que essencialmente constituem a Presidência da República.

Em 2003, durante o governo Lula, a CGU mudou de nome, passando a se chamar Controladoria-Geral da União, e incorporou diversas novas funções, ampliando o combate à corrupção e transparência, de acordo com a Lei 10.683, de 28 de maio de 2003. O status foi mantido.

Foi em março de 2010, no segundo mandato de Lula, que a Controladoria Geral da União recebeu oficialmente o status de ministério, passando a integrar o rol de instituições que constituem a Presidência.

Em 2016, durante o governo de Michel **Temer**, a CGU foi transformada em Ministério da Fiscalização, Transparência e Controle. Com a Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o órgão voltou a se chamar Controladoria-Geral da União, mas seguiu como um ministério.

"Nós conseguimos aumentar o salário mínimo em 74%"

VERDADEIRO

O aumento real do salário mínimo - ou seja, acima da **inflação** - foi de 75,03% entre janeiro de 2003, primeiro ano de governo de Lula, até janeiro de 2016, meses antes de Dilma Rousseff (PT) deixar o cargo. O levantamento é do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) (página 4) e considera a variação do INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor).

"Quando ganhei eleições em 2002, a **inflação** estava em 12%"

VERDADEIRO

Em 2002, ano em que Lula foi eleito pela primeira vez, a **inflação** no Brasil chegou a 12,5%. Foi a maior taxa dos últimos 20 anos. Em 2003, primeiro ano do petista como presidente, o índice baixou para 9,3%. Em 2010, último ano do segundo mandato, a **inflação** no país fechou em 5,9%.

CIRO GOMES (PDT)

"Eu fui do PPS. Quando eu entrei tinha dois deputados (...)"

VERDADEIRO

Ciro foi filiado ao PPS -hoje chamado Cidadania- entre 1997 e 2005, e disputou duas eleições presidenciais pelo partido, em 1998 e 2002. Em 1994, última eleição antes de Ciro entrar no partido, o PPS elegeu dois deputados federais: Sérgio Arouca, pelo Rio de Janeiro, e Augusto Carvalho, pelo Distrito Federal. Os dados são do TSE

"(...) Quando eu deixei, [o PPS] fez dois governadores e 23 deputados"

EXAGERADO

Em 2002, última eleição de Ciro pelo partido, o PPS elegeu dois governadores (Eduardo Braga, no Amazonas, e Blairo Maggi, em Mato Grosso), mas o número de deputados federais foi menor que o citado pelo candidato: 15, e não 23. Os dados são do TSE.

"O IPTU de São Paulo arrecada por mês o que o mundo rural brasileiro arrecada por ano de Imposto Territorial Rural"

EXAGERADO

Segundo a Prefeitura de São Paulo, no primeiro semestre de 2022, o município arrecadou R\$ 8,7 bilhões com o IPTU. Isso representa uma arrecadação mensal média de R\$ 1,45 bilhão. No ano passado, o governo federal arrecadou R\$ 2,2 bilhões com o ITR (Imposto Territorial Rural) - ou seja, valor mais a lto do que o citado pelo candidato.

SIMONE TEBET (MDB)

"As mulheres hoje que são maioria nos bancos das universidades"

VERDADEIRO

Segundo a Sinopse Estatística do Ensino Superior de 2020, última disponível (tabela 1.3), o Brasil tem 8,68 milhões de estudantes de graduação. Destes, 5,02 milhões, ou 57,8%, são mulheres. Considerando apenas universidades, especificamente, são 4,71 milhões de alunos no total, sendo que 2,7 milhões são do sexo feminino (57,3%).

"Nós não conseguimos colocar os 37% de jovens nem-nem [que não estudam nem trabalham] no ensino médio"

exagerado

Pesquisas da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e da consultoria IDados mostram que a proporção de jovens que não estudam nem trabalham é menor do que o citado pela candidata. Segundo estudo da FGV publicado em 2021, 25,5% dos jovens nessa faixa etária estavam nessa situação no último semestre de 2020. Já o IDados mostra um número ligeiramente maior, mas ainda abaixo do citado pela candidata: 30,5% no segundo trimestre de 2021, o que equivale a 12,3 milhões de pessoas.

"Uma cidade do interior de São Paulo de 35 mil habitantes disse, para receber dinheiro do orçamento secreto, que extraiu 540 mil dentes da boca de 35 mil habitantes em um ano. Numa divisão matemática, dá algo em torno de 14 dentes de cada boca"

VERDADEIRO, MAS...

Em reportagem publicada na edição de julho de 2020, a revista Piauí revelou diversos casos suspeitos de superfaturamento em verbas da saúde em municípios do interior do Maranhão -e não São Paulo, como disse a candidata. Um deles ocorreu no município de Pedreiras, a cerca de 270 km de São Luís. O município tem 39 mil habitantes, mas alegou ter extraído 540,6 mil dentes para justificar o recebimento de verbas do chamado orçamento secreto -o equivalente a cerca de 14 dentes para cada pessoa.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50034>

Inflação dos EUA surpreende, gera temor sobre juros e Bolsas despencam



O presidente dos EUA, Joe Biden, durante promulgação de pacote social e ambiental de US\$ 430 bilhões, em Washington. Kevin Lamarque/Reuters

Clayton Castelani

Investidores de todo o mundo queriam ouvir nesta terça-feira (13) que o pior da tempestade no mercado financeiro havia passado, mas essa esperança se desmanchou após os Estados Unidos divulgarem ainda pela manhã que a **inflação** no país subiu 0,1% em agosto em relação a julho. No acumulado em 12 meses, a alta dos preços ficou em 8,3%.

Esperava-se amplamente que o CPI, sigla em inglês para índice de preços ao consumidor, mostrasse deflação. A agência Bloomberg projetava taxa negativa de 0,1% no mês e, no acumulado em 12 meses, apontava que o índice cairia de 8,5% para 8,1%.

A expectativa era que a principal economia do planeta estivesse se afastando um pouco mais rápido do pico inflacionário de 9,1%, atingido em junho, o maior em mais de quatro décadas.

Mercados de ações desabaram com a notícia. No principal deles, em Nova York, o indicador parâmetro S P 500 caiu 4,32%, e o Nasdaq, que concentra empresas que dependem mais de crédito barato para crescer, afundou 5,16%. O Dow Jones, que reúne 30 grandes empresas americanas, mergulhou 3,94%.

A Bolsa de Valores brasileira caiu 2,30%, com o índice Ibovespa recuando aos 110.793 pontos. Petrobras e Vale, empresas com maior peso no mercado doméstico, cederam 2,94% e 2,71%, nessa ordem.

No câmbio do Brasil, o dólar saltou 1,80%, cotado a R\$ 5,1890. Mais cedo, chegou perto dos R\$ 5,21. A moeda americana também apresentou forte alta em relação às principais divisas.

Dado que melhor demonstra a persistência da alta de preços nos EUA, o núcleo da **inflação** de agosto, que exclui itens voláteis como alimentos e energia, subiu 0,6% e passou a acumular um avanço de 6,3% em relação aos 5,9% registra -dos em julho.

Os rumos da **inflação** americana são essenciais para a formação dos preços ao consumidor e dos juros também no Brasil. Isso vai além da pressão inflacionária exercida pela alta do câmbio sobre os valores de matérias-primas cotadas em dólar e das importações.

O custo do crédito no Brasil depende da taxa nos EUA, diz Ricardo Hammoud, professor de macroeconomia no Ibmec-SP. Para atrair e manter investimentos por aqui, o país precisa que seres títulos soberanos ofereçam juros suficientemente altos para compensar instabilidades políticas e econômicas.

Os juros americanos estão atualmente na casa dos 2,5%. No Brasil, a taxa básica Selic está em 13,75% ao ano - "A diferença [entre as taxas] é o risco brasileiro", diz.

"Uma redução adicional do CPI nos EUA geraria a perspectiva de que, se esse ritmo fosse mantido, o Fed [Federal Reserve, o banco central americano] não precisaria continuar aumentando com rapidez os juros", diz o economista Roberto Macedo, diretor acadêmico da Faculdade do Comércio de SR

Aumentar juros é uma medida adotada por bancos centrais para segurar a **inflação**. O crédito mais caro reduz a circulação de dinheiro, e os preços tendem a cair. Um efeito colateral é o aumento do desemprego. Nos Estados Unidos, porém, há quase duas vagas abertas para cada pessoa à procura de trabalho.

Na próxima quarta-feira (21), o Fed deverá divulgar um novo aumento da sua taxa de juros. O mercado esperava uma elevação entre 0,50 e 0,75 ponto percentual.

Étore Sanchez, economista da Ativa Investimentos, considera que o dado desta terça sobre o CPI torna provável uma alta de 0,75 ponto na semana que vem.

Analistas da Nomura indicaram uma alta ainda mais

agressiva, de 1 ponto percentual. Em nota, disseram que a sua previsão para a taxa terminal chegará a um intervalo de 4,50% a 4,75% até fevereiro de 2023.

Para Macedo, porém, o que importa para o Brasil neste momento é que investidores permaneçam com a expectativa de que os juros brasileiros continuarão dando um retorno muito superior aos dos EUA, sobretudo quando comparada a relação entre as taxas de crédito e de **inflação** dos dois países.

Este também é um momento em que investidores tendem a exigir um prêmio de risco maior do Brasil, uma vez que os principais candidatos à Presidência não demonstram planos concretos para controlar os gastos públicos.

Controlar despesas é a ajuda que o governo poderia dar para segurar a **inflação** e tornar o país mais atraente para investidores estrangeiros. "O problema é que nossos políticos estão deixando todo o trabalho para o Banco Central", afirma Macedo.

Mercados de ações e de câmbio refletiam desde a semana passada a expectativa de investidores sobre uma possível queda da **inflação** nos EUA. Na prática, no Brasil e no mundo, o dólar estava caindo e os índices das Bolsas, subindo.

Daniel Miraglia, economista-chefe do Integral Group, conta que esse tipo de movimento deve ser observado com cautela. Ele lembra que os mercados globais já passavam por um período de forte baixa e que variações positivas, como o correram nos últimos dias, não significam uma mudança de tendência.

"O mercado tinha no CPI um pretexto para uma recuperação de preços de ativos que já estavam muito desvalorizados", comentou.

Agora, com sinais de que a **inflação** segue forte nos Estados Unidos, investidores podem considerar que os juros por lá poderão ficar mais atrativos. Isso pressiona a alta global do dólar, uma vez que mais investidores tendem a retirar recursos de aplicações mais arriscadas para aproveitar o rendimento seguro dos títulos do Tesouro americano.

Diversas declarações recentes de membros do Fed já apontavam para um entusiasmo exagerado do mercado quanto à desaceleração da **inflação** e sobre a expectativa de desaperto dos juros nos EUA.

Na semana passada, Jerome Powell, presidente do Fed, disse que os EUA devem continuar a agir energicamente para reduzir a demanda e conter a pressão sobre os preços para evitar um pico de **inflação** como o observado nas décadas de 1970 e

1980.

A situação mencionada por Powell teve, há quatro décadas, graves efeitos globais. Na América do Sul, provocou uma crise da dívida pública.

À época, a dívida do Brasil e de seus vizinhos era majoritariamente atrelada à moeda dos EUA, cuja cotação disparou.

Site:

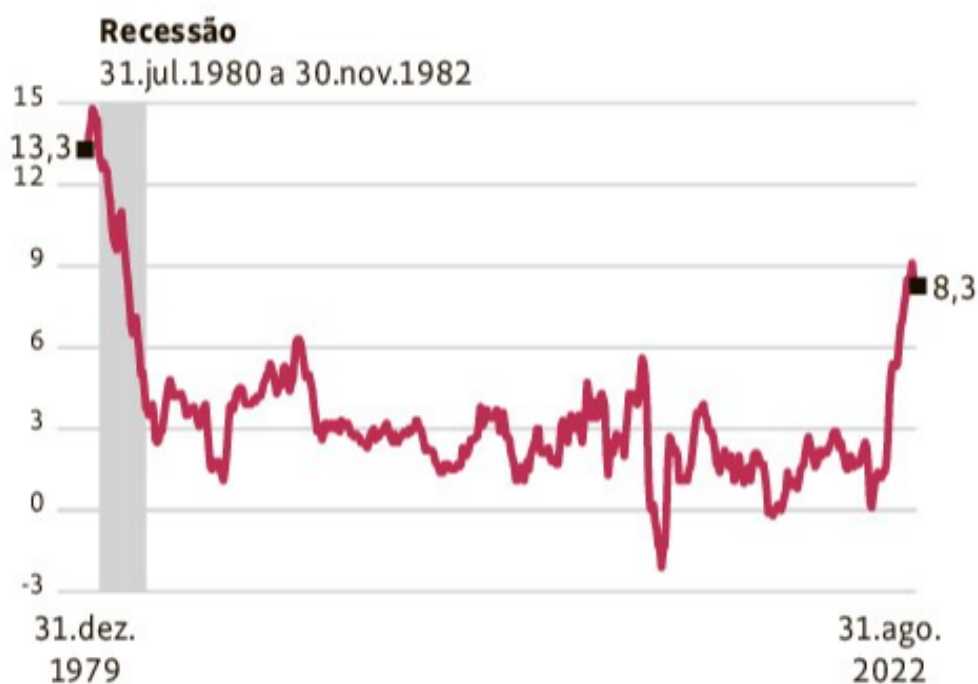
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

34

Inflação nos EUA cai menos do que o esperado e derruba Bolsas

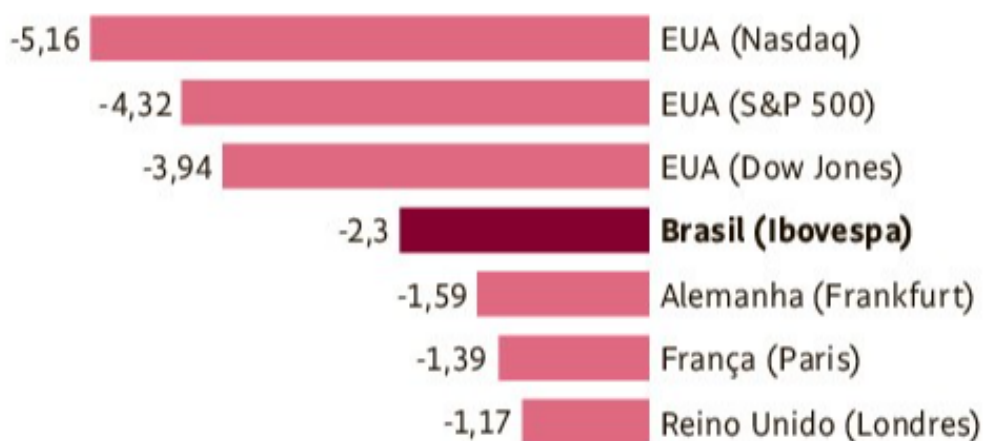
Evolução mensal do índice de preços ao consumidor americano acumulado em 12 meses

Em %



Bolsas globais tombam após inflação dos EUA frustrar investidores

Nesta terça (13), em %



Fonte: Bloomberg

Dólar e trava a importação levam à falta de produtos na Argentina

Sylvia Colombo *buenos aires*

O argentino Federico Loyola, 32, tenta comprar um carro zero desde março. "Falo com concessionárias, importadores, fui até outras províncias, não há. Quando aparece, é um ou outro, não consigo escolher cor ou o modelo. Quando me decido por um carro de fabricação nacional, te dão uma data estimada para a entrega, mas que nunca é a correta, porque faltam autopeças [que são importadas] no país para terminá-lo. Já me conformei que neste ano não vai dar para trocar de carro." Com a escassez de dólares, as restrições para a importação para tentar conter a saída de capitais e os altos preços causados pela **inflação**, os argentinos estão ficando sem acesso a vários bens importados ou que sejam fabricados com insumos de outros países. Há também os que acabam se rendendo a um mercado paralelo, que sempre se fortalece nesses períodos.

A constante desvalorização da moeda e uma **inflação** excessiva, projetada em 90% para este ano, fizeram o preço dos importados disparar.

A reportagem da Folha tentou comprar um computador novo em uma loja autorizada da Apple. O vendedor, incrédulo, perguntou: "Mas a senhora não conhece ninguém que vá viajar e possa comprar no exterior, não pode comprar em outro país?".

Os clientes costumam ir até a loja apenas para olhar os modelos, expostos na vitrine, para então decidir qual comprar no exterior, disse. "Aqui não vale a pena mesmo", insistiu.

Havia apenas duas unidades no estoque do modelo procurado pela reportagem. Uma delas era de pelo menos quatro gerações anteriores e custava o triplo do que se comprasse a versão atualizada no Brasil ou no Chile.

"Mas, então, o que as pessoas compram aqui?" O comerciante, inabalável, respondeu: "Fones de ouvido, acessórios, e vêm perguntar se nós conhecemos alguém que faça um 'esquema' [trazer de modo clandestino]".

Se há pirataria de dinheiro, como não haver de gadgets e computadores? Havia um número de WhatsApp para quem seria preciso só mandar uma

mensagem e marear um dia para dar um valor em dólares -igual ao que se pagaria nos EUA hoje, e o produto seria entregue um mês depois.

Há casos de importados que ainda estão disponíveis no país, mas seu preço não pode ser garantido por mais de 24 horas. Na mesma ocasião, a reportagem decidiu apenas trocar a bateria do computador. "Isso sim, temos, custa 80 mil pesos hoje." O preço só seria garantido naquele dia mesmo. "Amanhã já muda o valor porque depende do dólar paralelo." O mesmo ocorre com produtos de beleza, malas, ou qualquer item que envolva um material importado.

As restrições de compra não se limitam a itens que podem ser considerados luxuosos, como uísque escocês, salmão ou computadores caros.

O produtor e vendedor de alfajores Daniel Morales, de Salta, pediu desculpas em suas redes sociais após ter ficado um tempo sem distribuir seus tradicionais doces porque faltavam os papéis de embrulho e o material para enviá-los a outros locais. "Falta até papel e tinta para as etiquetas. Fizemos tudo à mão, improvisamos a embalagem, e agora estamos mandando nosso alfajor para todo o país, mas fico triste, porque perdeu um pouco de sua identidade." Morales incluiu em cada pacote uma carta pedindo desculpas pela queda na qualidade.

Até o café sente o baque. "Quer algo mais porte no do que ir a uma confeitaria e pedir um café? Até isso está em risco, pois não temos como garantir café depois de setembro, quando termina nosso estoque", disse Gerardo Biaggi, gerente da casa do Café Martínez no bairro de Belgrano.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

34

Governo estuda meta para reserva internacional



O ministro Paulo Guedes (Economia) na #ABX22 Automotive Business, no São Paulo Expo Rivaldo Gomes - 8.set.22/Folhapress

Idiana Tomazelli e Nathalia Garcia *brasil*

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) avalia propor uma meta para o nível de reservas internacionais, associada a uma margem de tolerância para sua flutuação, com o objetivo de reduzir a volatilidade excessiva da taxa de câmbio.

A discussão vem a público a menos dez dias do primeiro turno das eleições presidenciais. A taxa de câmbio é uma variável que exerce influência sobre os preços no atacado e ao consumidor e, entre 2021 e 2022, foi um fator de pressão sobre a **inflação**, que chegou a passar dos dois dígitos.

O Brasil detém hoje US\$ 338,7 bilhões em reservas, formadas por ativos em moeda estrangeira e que funcionam como uma espécie de colchão de segurança do país contra choques externos, como crises cambiais ou fugas de capital.

A ideia em discussão é tornar explícito o nível de reservas considerado ideal pelo governo, a partir do qual o Banco Central deverá executar sua política cambial.

Caso as reservas fiquem em montante superior à meta, seria um sinal de real excessivamente desvalorizado, e o BC teria de vender ativos internacionais -ampliando a oferta de dólares no

mercado doméstico e reduzindo a taxa de câmbio.

No sentido oposto, com as reservas abaixo da meta, seria a senha para o BC recompor suas reservas, movimento que geraria uma desvalorização do real ante o dólar.

A banda de flutuação daria certa margem para o trabalho da autoridade monetária, à semelhança do que ocorre no regime de metas de **inflação**. O BC define a taxa de juros, mas há algum espaço para absorver oscilações. Além disso, a meta de **inflação** é definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), com participação do ministro da Economia e do secretário especial de Tesouro e Orçamento.

O argumento dos defensores da medida é que a atuação do BC já é pautada hoje por uma "decisão não pública" sobre o nível de reservas, e que a mudança tornaria essa informação pública. Além disso, a instituição é vista como administradora desse colchão, mas não "dona" dele.

Os estudos foram divulgados pelo jornal O Globo e confirmados pela Folha. Procurados, Ministério da Economia e Banco Central não quiseram se manifestar.

Especialistas afirmam que a medida pode dar ao mercado mais previsibilidade sobre a trajetória da taxa de câmbio, atenuando sua volatilidade. Mas há quem alerte para o risco de o mecanismo impor uma "camisa de força" ao trabalho do BC, que teve sua autonomia formalmente aprovada no governo Jair Bolsonaro (PL).

A instituição já tem hoje uma série de instrumentos para atuar no mercado de câmbio, caso julgue necessário diante de situações críticas, em que a moeda tem fortes variações.

Ao precisar perseguir uma meta para o nível de reservas, há o risco de sua ação ser limitada pelas bandas. Diante da necessidade de abrir mão de reservas para jogar dólares no mercado, por exemplo, a venda precisaria parar ao se atingir o piso da meta.

A situação é reconhecida dentro do governo e, nas avaliações internas, poderia ser resolvida com outro instrumento, chamado operação compromissada. O BC entrega às instituições um título público em troca

de moeda, com o compromisso de desfazer a troca dali dois ou três meses. Essa transação ajudaria a retirar o excesso de reais, reduzindo a pressão sobre o câmbio -com o efeito colateral de elevar a dívida pública até o nível de reservas retomar à meta.

O nível adequado das reservas cambiais tem gerado discussões entre economistas e até mesmo entre órgãos públicos. Em 2020, o TCU (Tribunal de Contas da União) emitiu um alerta ao governo sobre o custo para manter as reservas internacionais, uma vez que a remuneração recebida por elas é menor do que o Brasil paga para se financiar no mercado.

Guedes já defendeu em diferentes momentos a venda de reservas. Em novembro de 2020, disse que a medida era uma opção do governo para reduzir o endividamento público.

"A dívida tem que cair, e a maneira de fazer isso é vender ativos, privatizar, desalavancar bancos públicos, reduzir déficit interno e até vender um pouco de reservas", disse. Na época, a ideia não foi bem recebida pelo mercado financeiro.

Segundo relatos, Guedes tem defendido o sistema de meta com bandas para as reservas em reuniões internas do ministério, como parte de uma reformulação geral do arcabouço de políticas fiscais, cambiais e monetárias. Outro braço seria a criação de uma regra que tenha na dívida bruta uma referência para permitir ou não uma flexibilização do teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação.

As duas medidas (para as reservas e para o endividamento) seriam encaminhadas de forma independente. A análise preliminar é de que seria necessário encaminhar um projeto de lei para formalizar a criação da nova meta a ser seguida pelo BC.

Reservadamente, alguns agentes do mercado financeiro manifestam a preocupação de a venda de reservas ajudar o governo a reduzir dívida bruta do governo e facilitar a flexibilização do teto de gastos - intenção que é negada por integrantes da equipe econômica.

Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do BC e sócio fundador da MauáCapital, vê como positiva a criação de um arcabouço "bem elaborado" sobre o volume de reservas que o Brasil deveria ter, mas faz a ressalva de que é preciso conhecer o desenho de forma aprofundada.

"Eu não acho uma coisa ruim você criar uma certa regra que ajude os agentes econômicos a entender qual a função ação-reação do BC e do governo com

relação à gestão do próprio mercado de câmbio, deixando que ele flutue, mas ajudando que ele não tenha muita volatilidade ", diz." O diabo está nos detalhes para entender bem essa proposta", pondera Figueiredo.

Segundo ele, o tema já foi objeto de discussão em algumas ocasiões, uma delas quando Ilan Goldfajn era o presidente da autoridade monetária, entre 2016 e 2019.

Por outro lado, o economista Heron do Carmo, professor da FEA-USP (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo), defende uma atuação mais livre da autarquia e acredita que, ao interferir no câmbio, o governo pode comprometer outras metas do BC, como a da inflação.

"É ruim colocar restrição nesse tipo de coisa. O BC pode aumentar o volume de reserva ou reduzir a depender da circunstância sem precisar ter uma camisa de força", diz.

"Sempre que se coloca alguma banda, isso acaba tendo implicações em outras variáveis, por exemplo, reservas cambiais têm relação com a política monetária. Então, é algo que eu preferiria deixar livre", acrescenta.

Alckmin nega assumir Economia se Lula vencer

belo horizonte O ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSB), candidato a vice na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na disputa pelo Planalto, descartou nesta terça (13) assumir o Ministério da Economia em caso de vitória nas eleições em outubro.

Quando lhe foi perguntado em Belo Horizonte (MG) se comandaria a pasta, ele respondeu que não, afirmando que sua tarefa é ser copiloto.

"Já mi vice do governador Mário Covas, em São Paulo, e vice é copiloto. A tarefa é ajudar, colaborar no conjunto do governo", declarou durante conversa com repórteres.

Nos últimos dias, integrantes do entorno da campanha de Lula cogitaram a possibilidade de Alckmin assumir a Economia.

Segundo a agência Reuters, a escolha do ministro será feita por Lula apenas após as eleições -em caso de vitória da dupla, que lidera as pesquisas de opinião-, buscando refletir as alianças costuradas para a candidatura. Leonardo Augusto

Site:

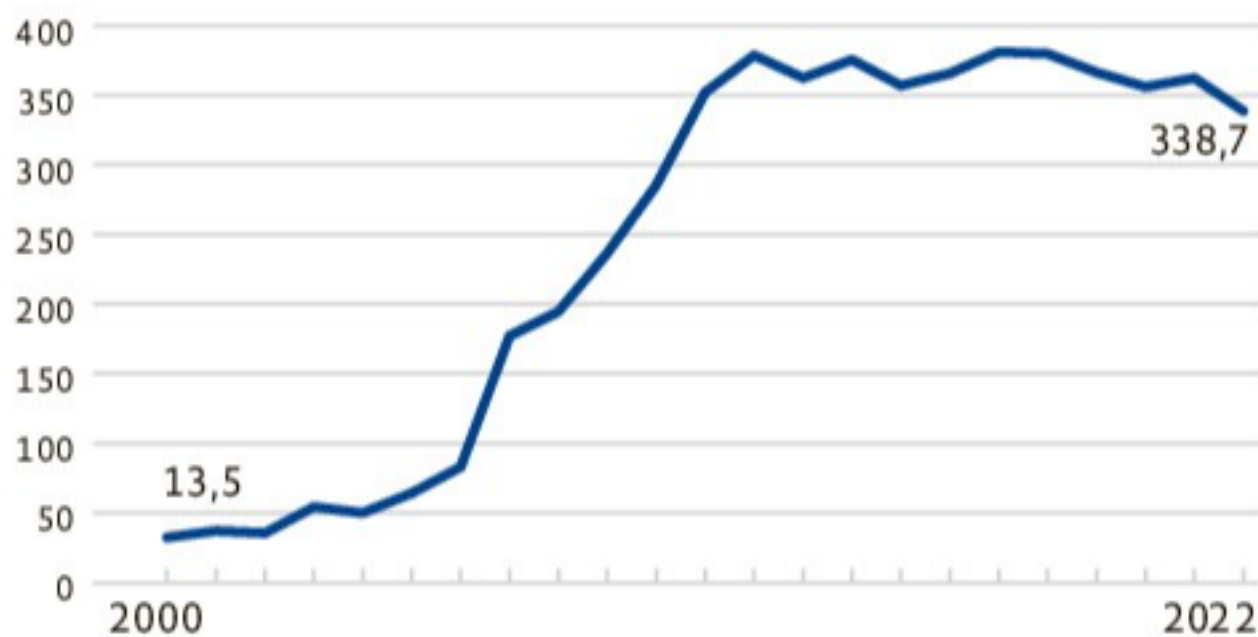
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

34

Reservas internacionais cresceram a partir do governo Lula e caíram neste ano

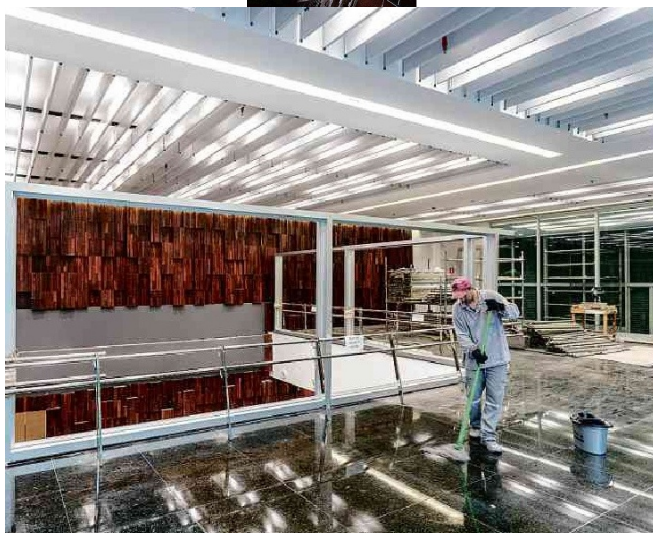
Posição das reservas internacionais

Em US\$ bi



Fonte: BC. Valores ao fim de cada ano, exceto em 2022 (que se referem a dados de 12 de setembro)

Privatização de bancos públicos acabou favorecendo concentração



O aspecto mais controverso da privatização dos bancos estaduais é sua associação com o processo de concentração bancária no país.

Em 1994, ano do Plano Real, os cinco maiores bancos abrigavam 48% dos depósitos do público. Hoje, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander, juntos, têm mais de 70% dos depósitos.

Nesse período, o fim da **inflação** descontrolada e, posteriormente, turbulências na economia global levaram a negócios que favoreceram o agigantamento de instituições e reduziram a competição.

O movimento se deu tanto no setor privado como entre os bancos públicos, especialmente os estaduais. Nos dois casos, o Banco Central teve participação ativa nos ajustes.

Logo que a **inflação** caiu de forma abrupta, a preocupação imediata era evitar que bancos mal geridos de médio e grande porte quebrassem e provocassem reações em cadeia na economia.

Em situações assim, a derrocada de uma instituição leva junto outras que com ela mantém transações, além de depositantes, incluindo grandes empresas e funcionários.

A saída foi encontrar compradores para os bancos problemáticos - não sem gastos bilionários de dinheiro público para cobrir perdas irrecuperáveis nos balanços.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

34

Houve, na época, a preocupação de promover a concorrência no mercado, relata Gustavo Loyola, que esteve à frente do BC entre 1995 e 1997.

Uma das principais providências foi autorizar o ingresso de bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional, o que depende de um decreto presidencial para cada caso.

Assim, o Bamerindus, de Curitiba, foi comprado pelo britânico HSBC. O holandês ABN AMRO levou os estaduais Bandepe (PE) e Paraiban (PB).

No caso mais célebre, o espanhol Santander foi o vencedor do leilão do Banespa. Seu conterrâneo, o BBVA, adquiriu o Excel Econômico, da Bahia.

A partir dos anos 2000, porém, os estrangeiros foram debandando ou reduzindo sua participação no país - e ganharam corpo os gigantes que conhecemos hoje.

O Bradesco, comprador de quatro bancos estaduais, também ficou com o HSBC e o BBVA, além do BCN, que comprara o mineiro Credireal.

O Itaú, também vitorioso em quatro leilões de instituições estaduais, fez o negócio de maior impacto do setor privado ao incorporar o Unibanco em 2008.

O Santander, único estrangeiro a manter operação de larga escala no Brasil, assumiu as operações do ABN e do ex-federal Meridional.

No setor público, o Banco do Brasil absorveu a paulista Nossa Caixa, o catarinense Besc e o piauiense BEP.

Os cinco bancos estaduais remanescentes - de Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará e Sergipe - têm pouco peso no setor.

"O mercado brasileiro é complexo, precisa de escala", diz Loyola, sobre a saída dos estrangeiros e a concentração bancária no país.

Essa dinâmica negativa para a concorrência deverá ser progressivamente quebrada, aponta, com as inovações tecnológicas que facilitam o acesso aos serviços financeiros.

Segundo o ex-BC, a expansão das cooperativas de crédito é outro fenômeno importante a diversificar o mercado. GP

Pacote ambiental dos EUA pode mudar as emissões de carbono

Não é novidade que os Estados Unidos são considerados um dos vilões em emissões de gases de efeito estufa (GEE). Desde 1850, nenhum país do mundo emitiu tanto volume do poluente como eles. No cumulativo, suas emissões são duas vezes maiores que as da China. Dados do Global Carbon Adas mostram que em 2019 os Estados Unidos foram o segundo maior emissor de CO₂, representando cerca de 12% das emissões globais.

Também não é novidade que o país não ratificou o Protocolo de Kyoto em 1997, contribuindo para a extinção do regime, uma vez que a não participação dos maiores emissores inviabilizaria o alcance das metas propostas coletivamente.

E quando todos achavam que o cenário mudaria, em novembro de 2020, o então presidente americano, Donald Trump, decidiu abandonar oficialmente o Acordo de Paris, em vigor desde 2016.

É compreensível que o país, em meio a crises econômicas e recessões, tentasse ganhar tempo para se comprometer com as metas estipuladas. Reduzir emissões poderia significar renúncia ao crescimento econômico (no curto prazo) e comprometimento com um investimento significativo em mudanças estruturais na matriz energética e no transporte.

Dados do Climate Watch mostram que, em 2019, cerca de 48% das emissões de gases de efeito estufa nos Estados Unidos era proveniente da geração de energia, eletricidade e aquecimento e cerca de 16% vinham do transporte.

Mas agora o jogo parece estar virando. Em seminário realizado na semana passada sobre a retomada verde nos Estados Unidos, a diretora executiva da Climate Alliance e integrante do Escritório de Assuntos Internacionais do Departamento de Energia americano abordou a aprovação da Lei de Redução da **Inflação** (Inflation Reduction Act, ou IRA, em inglês) e seus impactos nos países e no mundo.

AIRA foi assinada em 16 de agosto de 2022 pelo atual presidente americano, Joe Biden, e trata de vários temas importantes para o país, tais como custo dos planos de saúde, redução de custos de medicamentos com prescrição e re-compra de ações.

Porém, o tema de maior destaque é o clima e as medidas para mitigar os impactos das mudanças climáticas, incentivar o investimento em inovação verde e a transição para uma matriz energética limpa.

A meta é levantar cerca de US\$ 800 bilhões (cerca de R\$ 4,1 trilhão, na cotação atual) de múltiplas fontes, sendo US\$ 369 bilhões (R\$ 1,9 trilhão) destinados a iniciativas de clima e energia.

A estimativa é de redução de 40% nas emissões de gases de efeito estufa até 2030 em comparação com os níveis de 2005. A estimativa no contrafactual, sem a aprovação da IRA, era de redução de apenas 26%. Ou seja, o impacto previsto da IRA no nível de emissões será de 14%.

Além dos impactos em emissões, há estimativa de economia de cerca de US\$ 500 (R\$ 2.595, na cotação atual) anuais nos custos de energia das famílias, uma melhoria nos salários e incremento de mão de obra qualificada.

A lei americana visa a criação de incentivos fiscais para impulsionar o investimento em setores como o de eletricidade, transporte, construção civil, equipamentos industriais, combustíveis limpos, captura de carbono e cadeias de suprimento sustentáveis.

Ela cria e amplia os Créditos Tributários de Investimento (CTI) e Créditos Tributários de Produção (CTP) para geração de energia limpa e permite aos produtores optar por CTI ou CTR com base no que funcionar melhor para eles.

A promulgação também é considerada socialmente progressista. Concede maiores incentivos a gestores de projetos que pagarem melhores salários aos seus colaboradores. Como isso vai funcionar? A maioria dos créditos tributários disponíveis prevê uma base que tem potencial para ser multiplicada por cinco se o contribuinte cumprir requisitos de melhores salários e garantia de treinamento a seus colaboradores.

Além dos CTI e CTP básicos, também serão permitidos incentivos fiscais em projetos de energia comunitários ou em casos em que uma parcela do ferro, do aço e de outros componentes utilizados

sejam provenientes de produção nacional.

Especial atenção para o incentivo a produção do hidrogênio "limpo". Está previsto crédito de US\$ 0,60/quilo (R\$ 3,11, na cotação atual) de hidrogênio produzido, desde que a intensidade de carbono fique num limite de 0 a 0,45 quilo de CO2 equivalente por quilo de hidrogênio (H2).

Nos casos em que os produtores cumpram os requisitos de treinamentos previstos na lei, eles serão elegíveis para um crédito fiscal de US\$ 3/quilo (R\$ 15,50) de hidrogênio produzido.

Já no âmbito de impacto nas famílias, cerca de US\$ 8,6 bilhões (R\$ 44,6 bilhões) serão destinados aos escritórios estaduais de energia para auxiliar os consumidores a readequar suas casas a fim de atingir alta eficiência elétrica, além do programa para incentivar o consumo consciente.

Ambos os programas poderão gerar descontos e baratear os custos das famílias com energia. Mais detalhes sobre a lei e os investimentos previstos podem ser acessados no site do Departamento de Energia americano.

A aprovação da IRA tem forte influência do trabalho da Aliança Americana pelo Clima [... ma (US Climate Alliance, em inglês), formada em 2017 por um grupo de governadores com o objetivo de se comprometer com as metas do Acordo de Paris para limitar o aumento da temperatura global em 1,5 graus Celsius até 2030.

A Aliança foi formada depois da decisão dos EUA de se retirarem das negociações do Acordo do Clima. O grupo reúne hoje 24 governadores que representam 59% da economia americana, 54% da população e cerca de 42% das emissões brutas do país.

Uma das principais conclusões do seminário sobre a retomada verde americana é que o sucesso da IRA dependeu e continuará dependendo das alianças entre estados e das parcerias público-privadas para realizar os financiamentos e investimentos para a transição limpa e inclusiva.

Mas há também muitas críticas à IRA. A mais comum é a de que a redução dos preços não acontecerá no curto prazo. Do ponto de vista ambiental, há também a hipótese de que as economias advindas da conta de energia e melhorias nos salários poderão estimular o consumo das famílias e gerar outros impactos ambientais negativos como a geração de resíduos.

Mesmo assim, não há dúvidas: a IRA tem potencial de afetar todo o mundo no avanço do combate às

mudanças climáticas dadas as relações comerciais e acordos estabelecidos entre os países.

E como o Brasil fica neste jogo? O perfil de emissões do Brasil é bem diferente daquele dos Estados Unidos. Dados do Climate Watch mostram que em 2019 das emissões provenientes da matriz energética, eletricidade e transporte totalizaram somente 38,9%, contra 47% proveniente da agricultura, mudança no uso da terra e desmatamento.

Esse perfil representa uma oportunidade de diminuição comparativamente mais rápida e barata, por meio de controle de atividades ilegais ligadas ao desmatamento e mudanças no uso do solo.

Não tem segredo: é preciso conciliar medidas de comando e controle com instrumentos de mercado para garantir o desenvolvimento sustentável.

Isso já foi feito com sucesso no passado. De 2007 a 2012 o PIB do agronegócio brasileiro crescia ao mesmo tempo em que o desmatamento diminuía. Não é preciso trocar áreas de florestas por áreas para a agropecuária ou mineração.

Há tecnologias no agro brasileiro capazes de aumentar a produtividade das lavouras e da pecuária e se alinham ao conceito de soluções baseadas na natureza, entre elas agricultura regenerativa, plantio direto, rotação de culturas e pecuária integrada a floresta.

Há ainda enorme potencial para explorar os serviços da natureza, em especial o mercado de carbono com emissão de créditos associados à conservação (Redd+) e a restauração florestal (ARR). Segundo estudo da McKinsey, o Brasil concentra 15% do potencial total de oferta de soluções baseadas na natureza, bem à frente dos EUA (3%), mas aproveita menos de 1% dele.

O que falta? Capacidade de mobilização em massa para garantir que as questões ambientais e sociais sejam centrais na agenda política e empresarial de retomada econômica.

Crise do clima é ameaça em 19 países, mas não tanto para americanos MUNDO Stuart A. Thompson THE NEW YORK TIMES Quase três em cada quatro pessoas em 19 países acreditam que a desinformação na internet é uma "grande ameaça", afirma uma pesquisa recente do Pew Research Center.

Os entrevistadores pediram a 24.525 pessoas de 19 países com economias avançadas para avaliar a gravidade das seguintes ameaças: mudanças climáticas, disseminação de doenças infecciosas,

desinformação online, ataques cibernéticos de outros países e a situação da economia global.

As mudanças climáticas foram a preocupação mais votada na maioria dos países, com uma mediana de 75% dos entrevistados dizendo que o fenômeno é uma grande ameaça a seu país. A disseminação de informações falsas ficou logo atrás, com uma mediana de 70% considerando-a um grande risco.

As descobertas se somam às de uma outra pesquisa que o Pew divulgou este ano, com foco nos Estados Unidos. Esta mostrou a desinformação online praticamente empatadas com ataques cibernéticos como a principal preocupação dos americanos - cerca de sete em cada dez pessoas disseram que ambos são grandes ameaças.

Em nítido contraste com os outros países onde a pesquisa foi realizada, os Estados Unidos classificaram as mudanças climáticas como a menor ameaça entre as opções sugeridas.

Após vários anos de desinformação sobre eleições e a pandemia de coronavírus, 70% dos americanos hoje acreditam que fake news espalhadas pela internet são uma grande ameaça. Outros 26% a consideram uma ameaça menor, e só 2% dizem que ela não é uma ameaça.

As conclusões colocam os EUA entre os países mais preocupados com a desinformação virtual. Os alemães foram os mais preocupados, com 75% deles dizendo que a questão é uma grande ameaça. Apenas 42% dos israelenses classificaram a questão desse modo, a menor taxa entre os países pesquisados.

Os democratas e pessoas mais instruídas são as mais propensas a classificar fake news como sua maior preocupação. Na outra ponta, os republicanos e aqueles menos educados estão menos propensos a fazê-lo.

Entre os americanos que votaram no ex-presidente Donald Trump, um republicano, nas eleições de 2020, 66% disseram que fake news são uma grande ameaça em comparação com 78% dos eleitores que apoiaram o presidente Joe Biden, democrata.

Em todo o mundo, os jovens estão menos preocupados com a desinformação do que seus colegas mais velhos. Essa faixa etária tem menos propensão a compartilhar informações erradas online e têm mais confiança para identificar mentiras nas redes sociais.

Jacob Poushter, diretor associado da área de pesquisas de atitudes globais do Pew, sugere que os

mais velhos tendem a dar maior importância às ameaças tecnológicas.

Tradução de Luiz Roberto Gonçalves

Site:

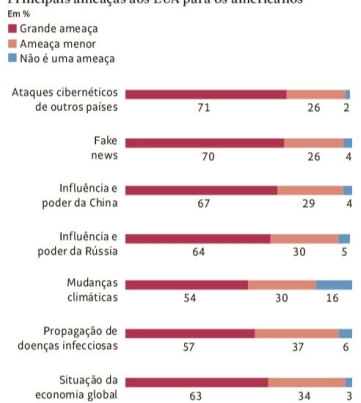
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50034&anchor=6463273&pd=6acb1068deb30c17f0e038bc1383dbf4>

Mudanças climáticas são vistas como uma 'grande ameaça' em 19 países

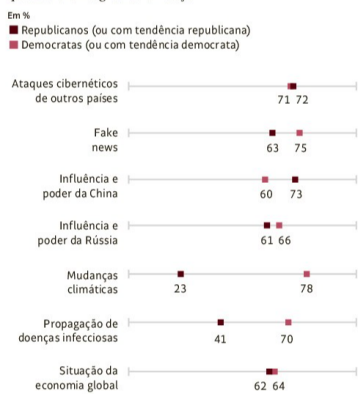
Percepção de principais ameaças ao redor do mundo



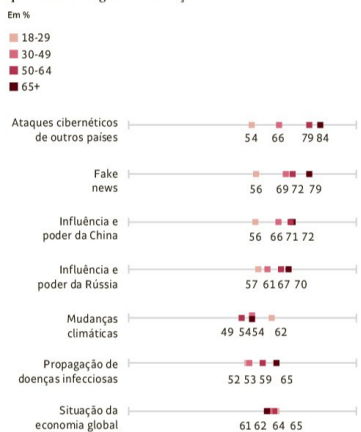
Principais ameaças aos EUA para os americanos



Percepção de ameaça aos EUA de acordo com afiliação partidária entre os que afirmam que o questionário é uma grande ameaça



Percepção de ameaças aos EUA de acordo com faixa etária de entrevistados entre os que afirmam que o questionário é uma grande ameaça



Fonte: Pew Research Center

Muito dinheiro e pouco resultado (Editorial)

O Auxílio Brasil deve consumir R\$ 157,7 bilhões do Orçamento no ano que vem, o equivalente a 1,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional. Segundo os dados mais recentes do Ministério da Cidadania, o programa atendia 20,2 milhões de famílias e quase 53,6 milhões de pessoas em julho, um contingente que corresponde a 25% da população.

A expectativa é a de que a quantidade de beneficiários atinja a marca de 21,6 milhões até o fim do ano. Seu piso, que subiu de R\$ 400 para R\$ 600, é o assunto central do debate eleitoral e tem sido alvo de disputa entre os presidencialistas. São números expressivos sob qualquer ponto de vista - seja o tamanho da despesa e sua proporção no **PIB**, seja em volume de beneficiários.

Cabe, então, fazer uma incômoda pergunta. Se o País nunca gastou tanto com assistência social e jamais tantas famílias foram alcançadas por políticas de transferência de renda direta do governo, por que, ainda assim, há tantas pessoas em situação de completa vulnerabilidade morando nas ruas e vivendo de esmolas para se alimentar?

Algumas dessas respostas estão em uma reportagem publicada dentro da série Agenda Estadão, que reúne os grandes temas a serem tratados com prioridade pelo próximo presidente eleito. Fica claro que o Auxílio Brasil precisa de um redesenho para que possa trazer resultados efetivos no combate à pobreza e na redução das desigualdades.

Em seu auge, o Bolsa Família atendia 14,6 milhões de famílias e pagava um benefício médio de R\$ 191,86. O valor já era considerado insuficiente, e a pandemia de covid-19 reforçou a necessidade de reajustar os pagamentos para garantir condições de vida dignas para os mais vulneráveis.

Partindo-se dessa premissa, o governo teria todas as condições de fazer ajustes e propor aprimoramentos, mas para isso teria que ter recorrido a especialistas e às informações dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAs) dos municípios e do Cadastro Único (CadÚnico) dos programas sociais do Ministério da Cidadania.

No entanto, escolheu fazer exatamente o contrário.

O Bolsa Família foi abruptamente revogado por meio da Medida Provisória que criou o Auxílio Brasil. O piso único, independentemente da composição familiar, se

converteu na grande bandeira eleitoral de Bolsonaro, e nunca houve esclarecimentos sobre os estudos que balizaram a definição desse valor. Centradas na garantia do bemestar das crianças, contrapartidas como presença escolar obrigatória e cumprimento do calendário vacinal foram eliminadas. Dispensados do compromisso de manter os dados atualizados, casais passaram a adotar a fraude da divisão artificial das famílias para somar benefícios. Fica claro que as falhas do Auxílio Brasil não são acidentais, mas resultado de uma opção eleitoreira do presidente Jair Bolsonaro para ampliar o acesso ao programa indiscriminadamente, em vez de priorizar os que mais precisam - famílias monoparentais chefiadas por mulheres com filhos pequenos. O resultado não poderia ser outro: o País quintuplicou os gastos com a política social comparativamente a 2019, mas o avanço da miséria é incontestável aos olhos de quem vive nas maiores cidades brasileiras.

Diante do verdadeiro leilão que os presidencialistas têm feito sobre o piso do Auxílio Brasil, talvez a conclusão mais importante da reportagem - e que deveria nortear o trabalho do próximo governo - seja a do pesquisador Daniel Duque. "É muito óbvio que dá para fazer muito mais com o mesmo e também fazer mais com menos", disse. Em um país com enormes desigualdades e necessidades que não cabem no Orçamento, é essencial resgatar um projeto de assistência social com foco nos mais pobres e contrapartidas que proporcionem oportunidades para que seus filhos saiam da situação de miséria. Construir um programa verdadeiramente eficiente, de caráter permanente, é fundamental para blindá-lo da disputa eleitoral; financiar uma política pautada nesses termos é uma obrigação moral da sociedade brasileira para eliminar esse vergonhoso gargalo histórico.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Empresários pesos-pesados puxam doações de R\$ 246 mi para campanhas

Puxadas por pesos-pesados do **PIB**, as doações de pessoas físicas a partidos e campanhas neste ano superam a marca de R\$ 246 milhões. Individualmente, até ontem, 14 empresários doaram mais de R\$ 1 milhão, cada, e, com isso, lideram o ranking de doações, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Pela lei, pessoas físicas podem doar até 10% dos rendimentos brutos do ano anterior à eleição.

O controlador da Cosan, Rubens Ometto, lidera a lista com um desembolso de R\$ 5,75 milhões para 24 diferentes destinatários. O PSD é o maior beneficiário. O partido recebeu 35% do total doado pelo empresário. Ometto não fez doações diretas para os candidatos à Presidência.

Candidato ao governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ex-ministro de Infraestrutura de Jair Bolsonaro, recebeu 3,5% do total doado por Ometto. A ex-ministra da Agricultura, também do governo Bolsonaro, Tereza Cristina recebeu 1,8% das doações do empresário. Ela concorre ao Senado. Em nota, a Cosan afirmou que as doações de Ometto são realizadas em caráter pessoal e seguem as regras estabelecidas pelo TSE.

Controlador da empresa de aluguel de carros Localiza, Salim Mattar, ex-secretário de Desestatização do governo Bolsonaro, fez doações que já somam R\$ 3,1 milhões, divididos entre 27 candidatos a deputado federal de diferentes Estados.

Em São Paulo, o ex-ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro Ricardo Salles (PL) recebeu 8% dos recursos. No Paraná, também foi beneficiado o ex-procurador da República e ex-chefe da Lava Jato em Curitiba Deltan Dallagnol (Podemos), com 0,8%.

Mattar afirmou estar apoiando "predominantemente, mas não exclusivamente, candidatos a governador, senador, deputado federal e deputado estadual pelo partido Novo, de cujos valores liberais compartilha e que renunciou ao uso de verba do fundo eleitoral".

Destacou também que as doações estão em conformidade com a Justiça Eleitoral.

Na sequência dos maiores doadores está Heitor Vanderlei Liden, vice-presidente da Calçados Beira-

Rio, com R\$ 2,6 milhões repassados a Roberto Argenta, o dono da empresa calçadista gaúcha e candidato ao governo do Rio Grande do Sul pelo PSC.

Outro nome no topo da lista dos doadores é o do banqueiro Candido Botelho Bracher, ex-presidente do Itaú Unibanco, com cerca de R\$ 1,5 milhão distribuído entre 18 candidatos, entre eles Luiz Henrique Mandetta (União Brasil), ex-ministro da Saúde de Bolsonaro que concorre a senador por Mato Grosso do Sul.

No ranking estão ainda o controlador da fabricante de calçados Grendene, Alexandre Grendene (R\$ 2,5 milhões), o economista Arminio Fraga, fundador da Gávea Investimentos e ex-presidente do Banco Central (R\$ 1,4 milhão), e o industrial de Santa Catarina Ricardo Minatto Brandão (1,2 milhão).

O principal beneficiado pelos recursos de Arminio é o candidato ao governo do Rio de Janeiro pelo PSB, Marcelo Freixo, com R\$ 200 mil. O candidato ao Senado Alessandro Molon (PSB) e a candidata à Câmara Tabata Amaral (PSB) também receberam R\$ 100 mil cada um. Arminio afirmou que as doações refletem sua "preocupação com os rumos do País". "Tenho dito a conhecidos, especialmente os mais jovens, que é hora de quebrar o porquinho e apoiar", disse.

Freixo é também um dos maiores beneficiados por doações feitas pelos irmãos Walter Salles e João Moreira Salles, ex-acionistas do Itaú Unibanco.

Walter desembolsou, no total, R\$ 1,15 milhão, sendo R\$ 100 mil para Freixo. João doou R\$ 1,1 milhão no total.

Nome famoso do mercado financeiro, Luis Stuhlberger, do Fundo Verde, repassou R\$ 760 mil para 11 candidatos a deputado federal, sobretudo dos partidos Novo, PSDB e PSD.

Abilio Diniz já doou R\$ 786 mil, sendo R\$ 400 mil distribuídos igualmente entre os candidatos ao governo de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Rodrigo Garcia (PSDB). Procurado, o empresário informou que o mesmo valor, de R\$ 200 mil, será doado ao candidato do PT, Fernando Haddad, mas ainda não consta no site do TSE.

PRESIDENCIÁVEIS. Uma das bases de suporte de Bolsonaro, empresários do setor agropecuário são presença marcante entre os principais doadores do presidente em busca da reeleição.

Já o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem recebido doações pelo partido, sendo o seu maior doador o fundador da operadora de saúde Hapvida, o empresário Candido Pinheiro Koren de Lima.











Procurados, Alexandre Grendene, Luis Stuhlberger, Candido Pinheiro Koren de Lima não quiseram se manifestar.

A reportagem não conseguiu contato com Ricardo Minatto Brandão, Walter Salles, João Moreira Salles e Candido Bracher.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

RANKING

Pessoas físicas doaram mais de R\$ 246 milhões para campanhas até agora

OS CINCO MAIORES DOADORES	QUEM É	VALOR TOTAL EM MILHÕES DE REAIS	PRINCIPAL BENEFICIADO EM PORCENTAGEM DO TOTAL DOADO PELO EMPRESÁRIO
RUBENS OMETTO	CONTROLADOR DA COSAN	 5,8	DIREÇÃO NACIONAL DO PSD  35
SALIM MATTAR	CONTROLADOR DA LOCALIZA, FOI SECRETÁRIO DO GOVERNO BOLSONARO	 3,1	CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL DE SP PELO PL RICARDO SALLES  8
HEITOR VANDERLEI LINDEN	VICE-PRESIDENTE DA CALÇADOS BEIRA-RIO	 2,6	CANDIDATO AO GOVERNO DO RS PELO PSC, ROBERTO ARGENTA  100
ALEXANDRE GRENENE	DONO DA GRENENE	 2,5	ROBERTO ARGENTA, CANDIDATO AO GOVERNO DO RS PELO PSC  55
CANDIDO BRACHER	EX-PRESIDENTE DO ITAÚ UNIBANCO	 1,5	VINIcius MARCHESE, CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL POR SP PELO PSD  8,6

FONTE: TSE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

O trilema dos Bancos Centrais (Artigo)

Benito Salomão Economista-chefe da Gladius Research, é doutor em Economia pelo PPGE-UFU

No dia 4/5, houve elevações nos juros nos EUA e no Brasil. Os Bancos Centrais (BCs) no mundo estão pondo fim à década do zero lower bound, quando estímulos monetários via quantitative easing e juros nominais próximos a 0% afastaram o risco da deflação.

No último ano, graças aos efeitos da covid sobre atividades produtivas, a **inflação** acelerou antes de o Produto Interno Bruto (**PIB**) convergir às suas taxas naturais. Em modelos tradicionais, os BCs perseguem o duplo mandato mirando a **inflação** e o hiato do produto.

Porém, influenciar o **PIB** nem sempre é possível e isso depende do formato da curva de Phillips (CPh).

Sob expectativas adaptativas, a CPh é inclinada e os preços partem da **inflação** passada.

Ganhos no **PIB** são possíveis a curto prazo, mas não no longo. Já sob expectativas racionais a CPh torna-se vertical após estímulos monetários- surpresa. Os BCs perdem reputação, e a partir daí a emissão de moeda causa **inflação**.

A longo prazo, a política monetária é eficaz como âncora inflacionária, mas é inócua no que tange ao **PIB**. Se as expectativas definem a **inflação**, os BCs têm de lidar com a inconsistência dinâmica da política monetária. Sua reputação depende do histórico de desvios da **inflação** em relação à meta.

Em jogos sequenciais, quanto mais rodadas o BC cumpre a meta, mais crível e eficaz é a política monetária. Se o BC é crível, a contração monetária para arrefecer a **inflação** é menor e os BCs tomam medidas não contracionistas como forward guidance. No jargão militar, BCs usam seu poder de dissuasão para frear os preços.

Após 2008, os BCs passaram a monitorar também os preços de ativos nos mercados de capitais. Isso sobrecarregou a política monetária, que passou a perseguir um triplo mandato. Eis o motivo pelo qual os BCs têm andado tanto tempo atrás da curva. Há a preocupação com a depreciação de ativos e o mergulho noutra recessão. Até aqui, os BCs foram eficientes em afastar tais riscos.

A missão dos BCs não é trivial, e eles não serão capazes de mirar três objetivos municiados só com a taxa de juros.

De imediato, eles têm abdicado da meta de **inflação**. Por quanto tempo esta estratégia vai funcionar? Como dito, influenciar o **PIB** depende da CPh. Quanto aos preços dos ativos, eles dependem, ceteris paribus, de informações que influenciam a psicologia social e podem flutuar independentes dos juros.

Os BCs estão expostos a um trilema enquanto tentam calibrar a política monetária minorando custos. Está claro, no entanto, que enfrentar tal trilema, munidos exclusivamente da taxa de juros, será uma missão inglória

Benito Salomão Economista-chefe da Gladius Research, é doutor em Economia pelo PPGE-UFU

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187329

O ajuste residual da Selic - FÁBIO ALVES



FÁBIO ALVES

Cresceu significativamente a probabilidade, nas últimas semanas, de uma derradeira elevação da taxa Selic no atual aperto monetário do Banco Central, embora a maioria dos investidores ainda esteja apostando que o ciclo de alta de juros acabará inalterado em 13,75% na reunião do Copom na semana que vem.

Na sua última reunião, no início de agosto, o Copom sinalizou que, diante dos efeitos defasados do aperto monetário em curso e das expectativas de **inflação** próximas da meta no seu horizonte relevante, até o primeiro trimestre de 2024, seria provável encerrar o ciclo de alta de juros neste mês. Ao mesmo tempo, o BC reconheceu que as incertezas nos cenários doméstico e externo eram bastante elevadas.

E, de lá para cá, de fato, muita coisa aconteceu: a percepção de risco fiscal a partir de 2023 aumentou, os principais bancos centrais do mundo endureceram a postura sobre os próximos passos das suas políticas monetárias e, por fim, apesar da queda nos últimos índices de **inflação**, a alta de preços se mostra ainda persistente quando se excluem os itens mais voláteis, como combustíveis e alimentos.

Não à toa, nas últimas semanas o presidente do BC, Roberto Campos Neto, veio a público lembrar o

mercado de que, talvez, seja necessário um ajuste residual dos juros na próxima reunião do Copom. Na visão dos analistas, esse ajuste seria de 0,25 ponto porcentual, levando a Selic para uma taxa de 14%.

Do ponto de vista fiscal, aumentou muito o ruído desde a última reunião do Copom, em razão de os candidatos que lideram a corrida para a eleição presidencial - Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL) - terem dado sinalizações na direção contrária de colocar as contas públicas nos trilhos já em 2023, quer seja pela promessa de aumentar os valores de benefícios e transferências de renda ou pela intenção de permitir isenções às regras fiscais para aumentar gastos.

A menos de duas semanas da eleição presidencial, o Copom tomará sua decisão no escuro sobre o que será a política fiscal em 2023.

Do lado externo, a reunião do Copom acontece no mesmo dia em que o Federal Reserve (Fed) anunciará a decisão sobre juros nos Estados Unidos.

A expectativa é de alta de, pelo menos, 0,75 ponto. Também outros bancos centrais, como o da Zona do Euro, devem elevar de forma mais agressiva os juros.

Assim, mesmo se o Copom resistir em dar uma alta residual na Selic, dificilmente começará a cortar os juros tão cedo, em março de 2023, como o mercado chegou a precificar.

Isso só deve acontecer no segundo semestre.

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187329

A notável expansão dos serviços (Editorial)



Em expansão desde o início do ano passado, o volume de serviços no Brasil tem crescido a velocidades crescentes nos últimos meses e, em julho, foi 1,1% maior do que o de junho. Nos dois meses anteriores, a expansão tinha sido de 0,4% e 0,8%, respectivamente.

Com os novos resultados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor de serviços reforça sua firme recuperação e continua sendo a principal força para o crescimento econômico neste ano.

Por causa desse desempenho dos serviços, analistas econômicos de instituições financeiras privadas estão novamente elevando suas projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2022. Algumas dessas projeções já chegam a 2,8%, o que, se não chega a ser um desempenho estupendo (a economia mundial deve crescer mais de 3%), mostra um quadro muito melhor do que aquele desenhado no início do ano, quando se falava majoritariamente em expansão de menos de 0,5% da economia brasileira neste ano eleitoral.

A recuperação, além de resistente - na comparação com o mês anterior, julho registrou o 17.º aumento consecutivo -, é disseminada, pois três dos cinco

grupos pesquisados pelo IBGE mostraram em julho resultado melhor do que o de junho.

No resultado acumulado de 12 meses, nota-se discreta redução na velocidade de expansão. Depois de alcançar 12,8% nos 12 meses terminados em abril, o aumento foi de 11,7% em maio, de 10,5% em junho e em julho ficou em 9,6%. Mesmo menos intensa, continuou sendo uma expansão notável, bem maior do que a observada em outros segmentos da economia. O setor hoje está num nível 8,9% acima do observado em fevereiro de 2020, isto é, antes da pandemia de covid-19. E apenas 1,8% abaixo do resultado de novembro de 2014, o ponto mais alto de toda a série do IBGE.

É notável a expansão dos serviços prestados às famílias, que nos 12 meses até julho registraram aumento de 31,1%. Mais expressivo ainda foi o aumento de 47,3% do transporte aéreo. Essas duas modalidades de serviços vêm há tempos mostrando um aumento muito grande. É a consequência mais visível da gradual redução das restrições à circulação e à aglomeração de pessoas em decorrência da expressiva queda dos números da pandemia propiciada pela vacinação.

Além da reabertura das atividades econômicas, que propiciou a rápida expansão dos serviços presenciais, houve estímulos tributários que impulsionaram o setor. A recuperação do mercado de trabalho, expressa no aumento das contratações com carteira assinada e na redução da taxa de desemprego geral, igualmente vem dando forte impulso ao crescimento dos serviços.

Este, observe-se, é o principal gerador de empregos da economia, o que acaba criando um círculo virtuoso para a atividade econômica. Mesmo que, em boa parte, os postos de trabalho abertos pelo setor de serviços impliquem emprego com menor rendimento ou menor proteção social, eles oferecem oportunidades de trabalho remunerado para milhões de brasileiros.

Felizmente, nem tudo vai mal.

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187329

Com normalização de atividades, prestação de serviços sobe 1,1%

VINICIUS NEDER RIO CÍCERO COTRIM SÃO PAULO

Impulsionada pela normalização do funcionamento da maioria dos negócios (após o período mais agudo da pandemia) e por segmentos como tecnologia da informação (TI) e transporte de cargas, a prestação de serviços subiu 1,1% em julho ante junho, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A atividade já cresceu 8,9% desde fevereiro de 2020 - um mês antes do início da pandemia de covid-19 - e está apenas 1,8% abaixo da registrada em novembro de 2014, o ponto mais alto da série histórica.

O avanço em julho foi puxado por três das cinco atividades investigadas, com destaque para transportes (2,3%), informação e comunicação (1,1%) e serviços prestados às famílias (0,6%). Na outra direção, houve queda em outros serviços (-4,2%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,1%).

O resultado de julho veio acima do consenso de analistas de mercado, que esperavam crescimento de 0,7%, conforme pesquisa do Projeções Broadcast. O estrategista da gestora RB Investimentos, Gustavo Cruz, diz que o desempenho dos serviços em julho sugere que as sucessivas surpresas positivas com o crescimento econômico, verificadas no primeiro e no segundo trimestres, poderão se repetir agora no terceiro. A tendência, segundo o especialista, é que as projeções para o crescimento do ano continuem sendo revisadas para cima, algo entre 2,5% e 3,0% ante 2021.

Após a divulgação dos números pelo IBGE, a XP Investimentos informou que sua estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**, o valor de tudo o que é gerado na economia) no terceiro trimestre avançou de 0,5% para 0,6%.

Outras instituições, como o Banco Mizuho e a gestora AZ Quest, mantiveram as projeções de expansão da atividade no terceiro trimestre - de 0,3% sobre o segundo trimestre, em ambos os casos -, mas reconheceram um viés de alta. Para o estrategista-chefe do Mizuho, Luciano Rostagno, o desempenho acima do esperado dos serviços sugere que o setor pode "amortecer" o freio previsto para a economia no

segundo semestre.

A freada está em praticamente todos os cenários traçados por analistas, mas vem sendo postergada desde o início do ano. "A tendência de desaceleração da atividade, a meu ver, permanece.

Mas a surpresa do setor de serviços sugere que essa desaceleração pode acontecer de forma mais gradual", afirmou Rostagno.

FÉRIAS.

Em julho, as férias escolares podem ter contribuído para o crescimento dos serviços prestados às famílias (0,6%) e dos transportes aéreos (6,8%). Além disso, atividades ligadas à sociabilização (bares, restaurantes, hotéis, salões de beleza, lazer e entretenimento) também mostraram recuperação e tendência de normalização.

Transporte puxou alta

6,8% foi a alta verificada nos transportes aéreos.

Três das cinco atividades investigadas cresceram.

Além dos transportes em geral (2,3%), o índice foi puxado por informação e comunicação (1,1%) e serviços prestados à família (0,6%)

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187329

Ameaça da fome

CÁSSIA ALMEIDA E MARTHA IMENES

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A Europa sem gás olha para o Brasil - ALVARO GRIBEL

ALVAROGRIBEL

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pobreza aumentou e nem todos terão acesso ao benefício social

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>